Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 7

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 15

DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024 16

Demonstração de Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 64

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 65

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 66

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	96.227
Preferenciais	0
Total	96.227
Em Tesouraria	
Ordinárias	20
Preferenciais	0
Total	20

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	869.569	859.661
1.01	Ativo Circulante	11.381	23.705
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31	4.903
1.01.03	Contas a Receber	8.640	6.161
1.01.03.01	Clientes	18	177
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.622	5.984
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.062	2.616
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	648	10.025
1.01.08.03	Outros	648	10.025
1.01.08.03.02	Outros ativos	648	761
1.01.08.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	870
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	0	8.394
1.02	Ativo Não Circulante	858.188	835.956
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	51.705	53.126
1.02.01.04	Contas a Receber	37.593	39.161
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	37.593	39.161
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.112	13.965
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	13.962	13.962
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3	3
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	147	0
1.02.02	Investimentos	805.675	781.989
1.02.03	Imobilizado	808	841

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	869.569	859.661
2.01	Passivo Circulante	70.143	77.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	502	485
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.522	56.887
2.01.05	Outras Obrigações	11.119	19.656
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.261	0
2.01.05.02	Outros	9.858	19.656
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	1.779	1.779
2.01.05.02.05	Títulos a Pagar	2.274	2.304
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	3.415	2.802
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	1.141	12.771
2.01.05.02.09	Contingências a pagar	1.249	0
2.02	Passivo Não Circulante	69.812	68.882
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.285	42.409
2.02.02	Outras Obrigações	1.032	547
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	147	0
2.02.02.02	Outros	885	547
2.02.02.02.03	Títulos a pagar	401	0
2.02.02.02.04	Outros tributos a recolher	484	547
2.02.03	Tributos Diferidos	57	873
2.02.04	Provisões	24.438	25.053
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.438	25.053
2.03	Patrimônio Líquido	729.614	713.751
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.02	Reservas de Capital	-563	-563
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-563	-563
2.03.04	Reservas de Lucros	40.338	40.338
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.706	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.545	388

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9	486
3.01.01	Receita de contratos com clientes	9	486
3.03	Resultado Bruto	9	486
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	11.397	8.454
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.720	-6.171
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	3.918
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-677	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.794	10.707
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	11.406	8.940
3.06	Resultado Financeiro	-2.446	-1.012
3.06.01	Receitas Financeiras	1.742	2.946
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.188	-3.958
3.06.02.01	Despesas financeiras	-2.411	-2.179
3.06.02.02	Variações cambiais e derivativos, líquidos	-1.777	-1.779
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	8.960	7.928
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	746	-1.506
3.08.01	Corrente	-70	0
3.08.02	Diferido	816	-1.506
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.706	6.422
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	9.706	6.422

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	9.706	6.422
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.157	0
4.02.01	Derivativos NDF - Commodities	-776	0
4.02.02	Derivativos NDF - Câmbio	6.933	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	15.863	6.422

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-5.795	-5.168
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.155	-5.918
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.960	7.928
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.794	-10.707
6.01.01.03	Depreciações e amortizações	33	33
6.01.01.04	Resultado na venda e baixa de ativos	-207	0
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	3.888	2.187
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de ativos e passivos financeiros	55	-82
6.01.01.13	Valor justo de ativos e passivos financeiros	-1.251	-1.069
6.01.01.17	Reversão de redução ao valor recuperável de créditos tributários	0	-659
6.01.01.18	Redução (aumento) ao valor recuperável de recebíveis	161	-6
6.01.01.20	Reversão de contingências	0	-3.543
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.186	750
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-2	-38
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-20	-54
6.01.02.05	Títulos a receber	-404	911
6.01.02.10	Outros Ativos	82	-279
6.01.02.12	Outras obrigações	613	525
6.01.02.15	Tributos a recolher	467	177
6.01.02.17	Títulos a pagar	450	-492
6.01.03	Outros	-826	0
6.01.03.02	Recursos provenientes de crédito judicial	280	0
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-1.106	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	658	-4.167
6.02.04	Recursos aplicados em contratos de mútuo	0	-4.161
6.02.05	Aquisição de imobilizado	0	-6
6.02.06	Recursos provenientes de alienação de ativos	658	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	265	7.521
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	0	7.500
6.03.08	Dividendos recebidos antecipadamente	265	21
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-4.872	-1.814
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.903	1.830
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	31	16

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	40.338	0	388	713.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	40.338	0	388	713.751
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.706	6.157	15.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.706	0	9.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.157	6.157
5.05.02.06	Resultado com derivativos - hedge accounting	0	0	0	0	6.157	6.157
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	40.338	9.706	6.545	729.614

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.422	0	6.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.422	0	6.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	34.747	6.422	6.649	720.843

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	425	829
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	535
7.01.02	Outras Receitas	586	288
7.01.02.01	Receita de Arrendamento	10	30
7.01.02.06	Outras receitas	576	258
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-161	6
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.703	759
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.586	-2.877
7.02.04	Outros	-1.117	3.636
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.278	1.588
7.04	Retenções	-33	-33
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33	-33
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.311	1.555
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	19.536	13.653
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	17.794	10.707
7.06.02	Receitas Financeiras	1.742	2.946
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	16.225	15.208
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	16.225	15.208
7.08.01	Pessoal	2.527	2.700
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.221	2.240
7.08.01.02	Benefícios	251	390
7.08.01.03	F.G.T.S.	55	70
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-354	2.001
7.08.02.01	Federais	-376	1.944
7.08.02.02	Estaduais	3	38
7.08.02.03	Municipais	19	19
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.346	4.085
7.08.03.01	Juros	4.168	3.937
7.08.03.02	Aluguéis	176	148
7.08.03.03	Outras	2	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.706	6.422
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.706	6.422

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	955.762	942.768
1.01	Ativo Circulante	60.644	45.533
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.238	8.832
1.01.03	Contas a Receber	52.662	32.146
1.01.03.01	Clientes	42.181	24.420
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	10.481	7.726
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.076	2.646
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	668	1.909
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	476
1.01.08.03	Outros	668	1.433
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	870
1.01.08.03.02	Outros ativos	668	563
1.02	Ativo Não Circulante	895.118	897.235
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.635	57.003
1.02.01.04	Contas a Receber	41.523	43.038
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	41.523	43.038
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	14.112	13.965
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	13.962	13.962
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	3	3
1.02.01.10.05	Instrumentos financeiros derivativos	147	0
1.02.02	Investimentos	792.647	793.361
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	792.647	793.361
1.02.03	Imobilizado	46.836	46.871

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	955.762	942.768
2.01	Passivo Circulante	75.486	81.666
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.345	1.449
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	58.522	56.887
2.01.05	Outras Obrigações	13.619	23.330
2.01.05.02	Outros	13.619	23.330
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.779	1.779
2.01.05.02.05	Passivos Relacionados a Contratos com Clientes	3.729	3.652
2.01.05.02.06	Titulos a Pagar	2.304	2.324
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	3.417	2.804
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	1.141	12.771
2.01.05.02.09	Contingências a pagar	1.249	0
2.02	Passivo Não Circulante	150.662	147.351
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.285	42.409
2.02.02	Outras Obrigações	76.534	75.482
2.02.02.02	Outros	76.534	75.482
2.02.02.02.04	Passivos Relacionados a Contratos com Clientes	76.133	75.482
2.02.02.02.05	Titulos a Pagar	401	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.405	4.407
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.405	4.407
2.02.03.01.01	Outros tributos a recolher	484	547
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	4.921	3.860
2.02.04	Provisões	24.438	25.053
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.438	25.053
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	729.614	713.751
2.03.01	Capital Social Realizado	673.588	673.588
2.03.02	Reservas de Capital	-563	-563
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-563	-563
2.03.04	Reservas de Lucros	40.338	40.338
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	9.706	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.545	388

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	21.964	16.320
3.01.01	Receita de contratos com clientes	21.964	16.320
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.118	-1.207
3.03	Resultado Bruto	20.846	15.113
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.306	-2.811
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.402	-6.684
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.096	3.873
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.540	12.302
3.06	Resultado Financeiro	-3.816	-2.620
3.06.01	Receitas Financeiras	2.032	2.935
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.848	-5.555
3.06.02.01	Despesas financeiras	-4.071	-3.776
3.06.02.02	Variações cambiais e derivativos, líquidos	-1.777	-1.779
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.724	9.682
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.018	-3.260
3.08.01	Corrente	-830	-86
3.08.02	Diferido	-1.188	-3.174
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	9.706	6.422
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	9.706	6.422
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	9.706	6.422

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	9.706	6.422
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.157	0
4.02.01	Derivativos NDF - Commodities	-776	0
4.02.02	Derivativos NDF - Câmbio	6.933	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	15.863	6.422
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.863	6.422

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.652	-5.240
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.619	9.032
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.724	9.682
6.01.01.03	Depreciações e Amortizações	749	869
6.01.01.04	Resultado na venda e baixa de ativos	-2.131	-64
6.01.01.07	Juros e variações cambiais, líquidos	5.477	3.804
6.01.01.08	Reversão de redução ao valor recuperável de créditos tributários	0	-659
6.01.01.12	Ajuste a valor presente de Ativos e Passivos financeiros	-260	-82
6.01.01.16	Valor justo de ativos e passivos financeiros	-1.251	-1.069
6.01.01.18	Redução (aumento) ao valor recuperável de recebíveis	311	94
6.01.01.20	Reversão de contingências	0	-3.543
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.398	-14.210
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-18.072	-15.546
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-4	-51
6.01.02.05	Títulos a Receber	-197	984
6.01.02.10	Outros ativos	-135	-27
6.01.02.12	Passivos relacionados a contratos com clientes	-925	-805
6.01.02.15	Tributos a recolher	1.506	1.115
6.01.02.16	Outras obrigações	613	525
6.01.02.17	Títulos a pagar	460	-405
6.01.02.18	Instrumentos financeiros derivativos	-3.644	0
6.01.03	Outros	-873	-62
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-47	-62
6.01.03.03	Instrumentos financeiros derivativos	-1.106	0
6.01.03.04	Recursos provenientes de crédito judicial	280	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.058	-154
6.02.03	Aquisição de imobilizado	0	-154
6.02.09	Recursos provenientes de alienação de ativos	3.058	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	7.500
6.03.01	Captações de Empréstimos e Financiamentos	0	7.500
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.594	2.106
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.832	2.084
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.238	4.190

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	40.338	0	388	713.751	0	713.751
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	40.338	0	388	713.751	0	713.751
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	9.706	6.157	15.863	0	15.863
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	9.706	0	9.706	0	9.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.157	6.157	0	6.157
5.05.02.06	Resultado com derivativos - hedge accounting	0	0	0	0	6.157	6.157	0	6.157
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	40.338	9.706	6.545	729.614	0	729.614

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/03/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421	0	714.421
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	673.588	-563	34.747	0	6.649	714.421	0	714.421
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.422	0	6.422	0	6.422
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.422	0	6.422	0	6.422
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	673.588	-563	34.747	6.422	6.649	720.843	0	720.843

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 31/03/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 31/03/2024
7.01	Receitas	24.840	17.222
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	0	535
7.01.02	Outras Receitas	25.151	16.781
7.01.02.01	Receita de arrendamento	22.651	16.459
7.01.02.06	Outras receitas	2.500	322
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-311	-94
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.119	493
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.994	-3.129
7.02.04	Outros	-1.125	3.622
7.03	Valor Adicionado Bruto	20.721	17.715
7.04	Retenções	-749	-869
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-749	-869
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.972	16.846
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.032	2.935
7.06.02	Receitas Financeiras	2.032	2.935
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	22.004	19.781
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	22.004	19.781
7.08.01	Pessoal	2.753	2.907
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.382	2.377
7.08.01.02	Benefícios	298	445
7.08.01.03	F.G.T.S.	73	85
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.543	4.772
7.08.02.01	Federais	3.511	4.704
7.08.02.02	Estaduais	6	41
7.08.02.03	Municipais	26	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.002	5.680
7.08.03.01	Juros	5.821	5.531
7.08.03.02	Aluguéis	179	149
7.08.03.03	Outras	2	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	9.706	6.422
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	9.706	6.422

Comentário do Desempenho

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

As operações da Terra Santa compreendem a gestão de terras, em conjunto com as benfeitorias, exploradas mediante contrato de arrendamento. O valor dos arrendamentos é recebido, anualmente, no último dia útil de abril, e reconhecido linearmente no balanço no período de setembro a agosto do ano subsequente.

No 1T25, a receita líquida total da Companhia totalizou R$ 22,0 milhões, valor 34,6% superior ao 1T24, sendo composta por (i) R$ 17,3 milhões provenientes da apropriação de 3/12 da receita de arrendamento da safra 2024/25, calculada considerando o preço médio fixado para a safra de R$ 107,93/sc; (ii) R$ 900,7 mil da apropriação do adiantamento do arrendamento; (iii) R$ 159 mil referente aos aluguéis do escritório de Nova Mutum; e (iv) R$ 3,6 milhões positivos provenientes do *hedge accounting*, conforme dinâmica de contabilização detalhado no Capítulo *"Hedge e Hedge Accounting"*.

O custo dos produtos vendidos foi de R$ 1,1 milhão, valor 7,4% inferior ao verificado em igual período do ano anterior, e reflete, principalmente a depreciação dos investimentos que não tem contrapartida de CAPEX, visto que a SLC (arrendatária das fazendas da Companhia), deve nos entregar os ativos, ao final do contrato, no mesmo estado em que foram recebidos.

As despesas operacionais apresentaram um incremento de 88,8% quando comparado a igual período do ano anterior, influenciado em grande parte pela rubrica "outras receitas operacionais". As despesas operacionais são compostas por despesas gerais e administrativas e outras receitas (despesas operacionais). As despesas gerais e administrativas apresentaram um valor de R$ 6,4 milhões no 1T25, contra um valor de R$ 6,7 milhões no 1T24, sendo observada uma redução nas despesas com pessoal e nas despesas com serviços de terceiros, conforme detalhado no item "Despesas Operacionais". As outras receitas operacionais totalizam R$ 1,1 milhão no 1T25, contra um valor positivo de R$ 3,9 milhões no 1T24, conforme detalhado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais.

O resultado financeiro, por sua vez, foi negativo em R$ 3,8 milhões, sendo composto por (i) R$ 2,0 milhões de rendimentos sobre aplicações financeiras, ajuste à valor presente e juros ativos; (ii) R$ 4,0 milhões de despesas financeira; e (iii) 1,8 milhão de despesas de variação cambial, derivativos e valor justo.

Assim, terminamos o primeiro trimestre de 2025 com um lucro líquido de R$ 9,7 milhões e um EBITDA, de R$ 16,3 milhões.

Por fim, ressaltamos a conclusão da renegociação da quantidade de sacas de soja prevista no contrato de arrendamento com a SLC Centro Oeste. Nos termos acordados, a quantidade passará a ser de 20,5 sacas por hectare arrendado, representando um incremento de 3,5 sacas por hectare.

Essa nova referência será válida para as safras 2024/25, 2025/26 e 2026/27, conforme cláusula de revisão prevista a cada três anos-safra.

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia" ou "TSPA") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede administrativa na cidade de São Paulo - SP, no endereço Praça General Gentil Falcão, n° 108, Cj. 81, Sala 04, 8° andar, Bairro Cidade Monções. A Companhia foi constituída em 11 de janeiro de 2021. A Companhia possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa e Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticket LAND3.

Em 31 de março de 2025, as operações da Companhia e de suas controladas (em conjunto, o "Grupo") compreendem a gestão de terras correspondentes a 39.099 hectares de área útil, em conjunto com as benfeitorias (galpões, alojamentos, armazéns, algodoeiras e outras acessões físicas), exploradas mediante contrato de arrendamento operacional firmado com a arrendatária SLC Agrícola Centro Oeste S.A. ("SLC CO").

Objetivando a segregação, otimização e racionalização das atividades do Grupo, a Companhia pode operar o manejo florestal, por força do contrato de comodato celebrado em 1° de fevereiro de 2023 com uma de suas controladas, cujo prazo termina em setembro de 2032, com uma área total de 16.908 (dezesseis mil, novecentos e oito) hectares, que poderá ser explorada através de projetos específicos e autorizados pelos órgãos competentes. Com a finalização do projeto de manejo em agosto de 2024, a Administração está avaliando novas oportunidades para exploração da área, nos limites permitidos em lei, que podem incluir novas operações de manejo ou projetos de outra natureza.

A emissão dessas informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 12 de maio de 2025.

1.2 Principais eventos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2025

Venda algodoeira Guapirama

Em janeiro de 2025, a Companhia vendeu os ativos mantidos para venda em sua controlada Fazenda Boa Vista, pelo valor de R$ 2.400, apurando resultado positivo de R$ 1.924 (Nota 22). O montante foi recebido no momento da assinatura do contrato.

Venda da propriedade de Rosário do Sul

Em janeiro de 2025, a Companhia firmou compromisso de venda da área localizada em Rosário do Sul, mencionada na Nota 1.3(b), apurando resultado positivo de R$ 207 (Nota 22). O valor total da transação é de R$ 3.316, com fluxo de recebimento distribuído da seguinte forma: R$ 658 pagos na assinatura do contrato, R$ 658 com vencimento em maio de 2025, e o montante remanescente de R$ 2.000 a ser recebido na data de efetiva transferência da propriedade, cuja conclusão é estimada pela Companhia para ocorrer até os próximos cinco anos. Os saldos a receber são atualizados pelo IPCA mensalmente.

Conflito comercial entre Estados Unidos e China

A Administração acompanha com atenção o cenário geopolítico internacional, em especial as tensões comerciais entre Estados Unidos e China, que têm gerado volatilidade nos mercados de commodities agrícolas. Embora esses eventos influenciem os preços globais — especialmente da soja, principal indexador de receita da Companhia —, até a presente data não foram identificados impactos relevantes ou necessidade de medidas específicas por parte da Administração.

1.3 Acordo de Associação e Outras Avenças ("Acordo")

A Companhia foi constituída no contexto da reorganização societária da sua antiga controladora SLC CO, a qual foi conduzida por seus acionistas para viabilizar a venda da operação agrícola da SLC CO para a SLC Agrícola S.A ("SLC"). As terras e benfeitorias localizadas nessas terras, que antes pertenciam à SLC CO por intermédio da incorporada TS Brasil S.A., não foram parte dessa transação de venda e, foram mantidas no Grupo pelos acionistas.

Em março de 2021, foi firmado, entre a Companhia, a SLC e a SLC CO, o Acordo, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições que devem ser observados pelos signatários após a data de fechamento da operação de incorporação de ações.

(a) Direitos e obrigações decorrentes do Acordo

O Acordo estabeleceu a obrigação, irrevogável e incondicional da Companhia e seus acionistas, de indenizar, defender e manter indene a SLC e a SLC CO, após a data da efetivação do Acordo, decorrente de perdas provenientes de operações ocorridas no período anterior à data do Acordo.

Nos termos do Acordo, entende-se como perda indenizável todo e qualquer ato, fato, omissão ou evento relacionado à SLC CO, suas controladas e afiliadas, independentemente de conhecimento ou não, bem como quaisquer contingências relacionadas aos ativos adquiridos pela SLC na combinação de negócios com a SLC CO. Consigna-se, ainda, que o dever de indenizar da Companhia se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo, no importe de até R$ 250.000, incluindo contingências passivas não classificada como perda provável e, portanto, não reconhecidas como um passivo quando do registro contábil do Acordo.

Adicionalmente, também nos termos do Acordo, se convencionou a obrigação de indenização pela SLC CO e SLC para com a Companhia, contra toda e qualquer perda decorrente ou relacionada a qualquer declaração falsa ou violação de garantia ou não satisfação ou descumprimento, pela SLC CO ou SLC, de qualquer obrigação ou acordo contidos no Acordo. Assevera-se, igualmente, que o dever de indenizar da SLC CO e SLC também se limitará ao valor agregado que foi negociado e julgado suficiente pelas partes do Acordo.

Esses direitos e obrigações não estão sujeitos aos limites de indenização mencionados anteriormente, e serão repassados ou cobrados pela Companhia em até cinco dias úteis sempre que (i) o valor líquido de direitos e obrigações ultrapassar R$ 15.000, ou (ii) em 30 de abril de cada ano, o que ocorrer primeiro.

O valor efetivo para recebimento conforme acordado em notificação emitida em 15 de abril de 2025 segue conforme quadro demonstrado na Nota 1.3 (c).

(b) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

Esses direitos e obrigações têm a seguinte natureza, e foram estimados nos seguintes montantes:

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Direitos do Acordo		
Tributos a recuperar (i)	34.512	33.109
Depósitos judiciais (ii)	1.004	2.714
Propriedades para investimentos (iii)		3.109
Direitos a receber do acordo (Item (c) a seguir)	8.041	6.213
	43.557	45.145
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar (iv)	(910)	
Provisão para contingências (v)	(17.674)	(17.286)
	(18.584)	(17.286)
Direitos do Acordo, líquidos	**24.973**	**27.859**
Tributos diferidos sobre o valor líquido	(7.843)	(8.900)
	17.130	**18.959**

Os referidos ativos e passivos não estão sendo apresentados pelo seu valor líquido no balanço patrimonial da Companhia e do Grupo, considerando não ser provável que o recebimento de ativos e o pagamento dos passivos ocorram no mesmo exercício e, portanto, não é provável a sua realização pelo valor líquido.

Os direitos do Acordo, independente da natureza que originou o seu registro original na SLC CO, foram reconhecidos como Títulos a receber (Nota 7), classificados como instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado e ao valor justo através do resultado, a depender das características de cada ativo, considerando que serão liquidados mediante o recebimento de instrumentos financeiros pela Companhia.

A mensuração desses ativos é como segue:

(i) Tributos a recuperar - Referem-se a créditos tributários de diversas naturezas (PIS, COFINS, IRRF, IRPJ, CSLL e FUNRURAL) que estão reconhecidos contabilmente na SLC CO, e que serão realizados mediante (i) a compensação com débitos tributários, quando aplicável, e (ii) pedidos de ressarcimento em dinheiro, a depender da forma de apuração do referido crédito tributário e da legislação aplicável. Conforme determina o Acordo, os montantes realizados pela SLC CO serão pagos à Companhia mediante a entrega de instrumentos financeiros.

A Companhia, com base na estimativa de aproveitamento desses créditos formulada com base na média histórica de utilização, calculou o valor justo dos referidos instrumentos financeiros utilizando uma taxa de desconto de 10,85% ao ano (2024 – 10,41% ao ano), e um período médio de realização de 3 a 4 anos, a partir da data de efetivação da operação, especialmente quanto ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS, diante das alterações no conceito de essencialidade e relevância dos insumos, aliada à impetração de mandado de segurança objetivando a celeridade na análise dos pedidos administrativos, a monetização superou a estimativa realizada anteriormente. Desta forma, registrou-se realização parcial antecipada destes ativos. Os referidos títulos a receber foram segregados entre ativos circulante e não circulantes com base nessa estimativa de realização, conforme Nota 7.

(ii) Depósitos judiciais - Foram efetuados pela SLC CO para a discussão de ações judiciais cuja responsabilidade pela liquidação da obrigação, caso o trânsito em julgado das referidas ações seja desfavorável a SLC CO, é da Companhia. Os depósitos judiciais foram registrados pelo custo amortizado e o seu valor se aproxima do valor justo na data do seu reconhecimento e na data de apresentação dessas informações contábeis intermediárias, conforme Nota 17.1.

(iii) Propriedade para investimento - Referia-se a um imóvel rural de titularidade da SLC CO, conforme previsto no Acordo celebrado com a Companhia. Em janeiro de 2025, foi celebrado contrato de compromisso de compra e venda da referida propriedade, conforme mencionado em Nota 1.2, resultando na baixa do referido ativo em razão da transferência do controle do mesmo para o adquirente (Nota 7 (ii)).

As obrigações do Acordo foram reconhecidas como Contas a Pagar (Nota 14) e Provisão para contingência (Nota 17), considerando os critérios utilizados para a sua mensuração, a saber:

(iv) Contas a pagar – Em 2025, a Companhia reconheceu um passivo decorrente da liquidação de débitos tributários, originalmente de sua responsabilidade, conforme previsto no Acordo. A obrigação foi quitada integralmente pela SLC CO conforme acordo entre as partes. O valor será reembolsado pela Companhia de forma parcelada, a partir de janeiro de 2025 com a liquidação da última parcela em abril de 2027.

(v) Provisão para contingências - A provisão para contingências foi calculada para aquelas ações em que a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Essa estimativa foi calculada pela diretoria, com o apoio de seus assessores legais, considerando as particularidades de cada ação, o conjunto probatório existente e a fase processual em que se encontra cada uma das ações. Essa obrigação está registrada como provisão para contingências. A diretoria decidiu por não constituir qualquer provisão para as ações classificadas como passivos contingentes, ressalvadas situações excepcionalíssimas, haja vista que essas ações têm a probabilidade de perda possível e precisam ser confirmadas por eventos futuros ainda incertos e que estão fora do controle da Companhia. A movimentação dessa provisão, após o seu reconhecimento inicial, está divulgada na Nota 17.

(c) Gestão dos direitos e obrigações do Acordo

A diretoria da Companhia realiza reuniões regulares com a contraparte (SLC e SLC CO) para a avaliação, acompanhamento e verificação de documentação suporte para as movimentações dos ativos e passivos que compõem o Acordo.

Os efeitos identificados após a efetivação do Acordo, decorrentes da atualização dos saldos, ganhos e perdas não conhecidos no momento da sua efetivação, esperados ou não esperados, são registrados no resultado do exercício da Companhia.

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Direitos do Acordo		
Tributos a recuperar	6.746	6.746
Depósitos judiciais	4.218	2.226
	10.964	8.972
Obrigações do Acordo		
Contas a pagar	(2.923)	(2.759)
Direitos do Acordo, líquidos	**8.041**	**6.213**

No período findo em 31 de março de 2025, o montante de R$ 10.964 de ativos foi considerado como direito realizado pela SLC CO, assim como o montante de R$ 2.923 de passivos foi considerado como devido, gerando um direito líquido para a Companhia no montante de R$ 8.041.

Nas movimentações do Acordo, os efeitos registrados como outras receitas (despesas), líquidas no resultado do período são como segue:

- Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 22) - Despesas no montante de R$ 1.068, substancialmente representadas pela constituição de títulos a pagar relacionado a liquidação de débitos tributários e honorários advocatícios, e receitas nos montantes de R$ 306 substancialmente referentes à atualização monetária sobre devolução de depósitos judiciais decorrente do Acordo.

Nas movimentações do Acordo, os efeitos registrados como resultado financeiro, líquido no resultado do período são como segue:

- Ajuste a valor presente (Nota 23) - Receita financeira no montante de R$ 152 referente ao ajuste a valor presente dos ativos e passivos do Acordo.
- Valor justo (Nota 23) - Receita financeira no montante de R$ 1.251 referente ao valor justo dos ativos e passivos do Acordo.
- Atualização monetária (Nota 23) - R$ 388 referente à atualização monetária das contingências que fazem parte do Acordo.

2 Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o período findo em 31 de março de 2025, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das demonstrações contábeis intermediárias.

Conforme descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nessas informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Dessa forma, estas informações trimestrais foram elaboradas seguindo a base de preparação, métodos de cálculo e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, aprovadas em

17 de março de 2025, e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações financeiras. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridas para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações do grupo desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

A Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs (*International Financial Reporting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

2.2.1 Alterações de normas novas que estão em vigor

As alterações mencionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 não tiveram impactos materiais para a Companhia ou para o Grupo.

2.2.2 Alterações de normas novas que não estão em vigor

As alterações mencionadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 não tiveram impactos materiais para a Companhia ou para o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No período findo em 31 de março de 2025, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentassem risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o trimestre corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 3 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024.

4 Gestão de riscos

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas, estão expostas a riscos, tais como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. As divulgações a seguir estão demonstrando a forma de gestão de riscos do Grupo.

4.2 Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio líquido.

A estrutura de capital da Companhia é formada por capital próprio e de terceiros.

A diretoria da Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital, considerando as determinações de cláusulas de *covenants* das operações de empréstimos e financiamentos (Nota 13). Como parte dessa revisão, a diretoria considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

4.3 Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de câmbio. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Grupo, diretrizes e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações contábeis intermediárias da Companhia.

4.4 Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As estruturas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

As estruturas de gerenciamento de risco são detalhadas para incluir processos específicos de identificação, análise, mensuração, controle e monitoramento de riscos, revisões regulares são documentadas e comunicadas a todos os níveis da organização para garantir aderência, entendimento claros e para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e do Grupo.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Os principais riscos de mercado a que o Grupo está exposto na condução das suas atividades são:

(i) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos em aberto.

Relacionado ao risco de crédito associado às instituições financeiras, o Grupo utiliza instituições financeiras de primeira linha.

Relacionado ao risco de crédito associado ao crédito a clientes, incluindo contas a receber e títulos a receber, a diretoria entende que o perfil de sua carteira de clientes não expõe o Grupo a riscos significativos de crédito e estão na categoria "A" do *rating*. Em 31 de março de 2025, o saldo de contas a receber de clientes e títulos a receber na categoria "A" do *rating*, na controladora é de R$ 46.223 (R$ 45.322 em 2024) e no consolidado o saldo é de R$ 94.185 (R$ 75.184 em 2024).

Para a determinação do *rating*, os clientes são classificados levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

As receitas do Grupo são substancialmente provenientes do arrendamento das terras.

Nível	*Rating*	Taxa
Risco baixo	A	0,0%
Risco razoável	B	0,5%
Duvidoso	C	10,0%
Perda	D	100,0%

(ii) Gerenciamento do risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

Em 31 de março de 2025, o Grupo mantém capital circulante líquido negativo de R$ 58.762 (R$ 53.323 em 2024) e R$ 14.842 (R$ 36.133 em 2024) na controladora e consolidado, respectivamente. A Diretoria da Companhia em conjunto com o Conselho de Administração monitora constantemente a posição de liquidez da Companhia e as projeções de caixa, bem como, quaisquer fatores que possam afetar a capacidade de geração de receitas e colocar em risco a capacidade da Companhia em honrar com os compromissos financeiros assumidos.

A principal fonte de receita da Companhia decorre do arrendamento de terras, sendo que as negociações são conduzidas para receber o pagamento em uma única parcela anual ao final do mês de abril. Devido a esse formato, a Companhia planeja suas captações de recursos para a manutenção do capital de giro com vencimento no mês de maio de cada ano, garantindo que a liquidação e/ou amortização ocorram após o recebimento do arrendamento. A Companhia considera que o cenário de capital circulante líquido negativo é uma consequência do modelo operacional e estrutura de capital adotados, tendo como características o fluxo de recebimento da receita de arrendamento, observada a norma contábil de apropriação do recebível e linearidade de seu reconhecimento, além do fluxo de captação e amortização de endividamento, os quais têm como premissa adotarem como vencimento final em data imediatamente subsequente ao recebimento da receita de arrendamento.

Adicionalmente, a Companhia tem à sua disposição linhas de crédito pré-aprovadas obtidas em instituições financeiras de primeira linha, com custo financeiro em condições julgadas satisfatórias pela diretoria, com prazos de pagamento que refletem o melhor interesse do Grupo na gestão do seu caixa, no montante de, aproximadamente, R$ 122.000, as quais serão utilizadas quando julgadas necessárias pela diretoria para assegurar a liquidez do Grupo para os próximos 12 meses.

Quanto às captações de recursos para manutenção do capital de giro, as mesmas devem ser contabilizadas como passivos financeiros quando ocorrerem, e os juros associados devem ser reconhecidos ao longo do período relevante, de acordo com o método da taxa efetiva de juros. Caso haja custos de transação associados às captações, esses custos devem ser amortizados ao longo do período de captação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e do Grupo que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de março de 2025								
Empréstimos e financiamentos	60.165	25.500	21.737	107.402	60.165	25.500	21.737	107.402
Instrumentos financeiros derivativos	1.141			1.141	1.141			1.141
Títulos a pagar	2.274	401		2.675	2.304	401		2.705
Dividendos	1.779			1.779	1.779			1.779
Outras obrigações	3.415			3.415	3.417			3.417
	68.774	**25.901**	**21.737**	**116.412**	**68.806**	**25.901**	**21.737**	**116.444**

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024								
Empréstimos e financiamentos	59.252	26.291	23.139	108.682	59.252	26.291	23.139	108.682
Instrumentos financeiros derivativos	12.771			12.771	12.771			12.771
Títulos a pagar	2.304			2.304	2.324			2.324
Dividendos	1.779			1.779	1.779			1.779
Outras obrigações	2.802			2.802	2.804			2.804
	78.908	**26.291**	**23.139**	**128.338**	**78.930**	**26.291**	**23.139**	**128.360**

Os passivos de contratos de clientes não foram considerados na tabela acima pois serão liquidados mediante o arrendamento das terras, sem desembolso financeiro para o Grupo.

(iii) Risco de taxa de câmbio e preços das *commodities*

As receitas do Grupo são majoritariamente atreladas ao preço da soja em Reais (R$). O preço da soja, sendo uma *commodity* global, está sujeito a variações tanto na cotação internacional quanto na taxa de câmbio Real versus Dólar americano (US$). Dessa forma, a receita do Grupo está exposta ao risco de variação na cotação do dólar americano, o que pode impactar diretamente o preço em reais da saca de soja e, consequentemente, a receita operacional.

Para mitigar esse risco, a diretoria instituiu uma Comissão de Gestão de Riscos Financeiros, para monitoramento e acompanhamento contínuo das cotações da taxa de câmbio no mercado à vista e no mercado futuro, simultaneamente com as cotações do mercado futuro de soja, a fim de determinar o momento mais oportuno para a fixação dos preços da soja, que servem de referência para os contratos de arrendamento. Esta fixação pode ser realizada tanto pela definição do preço da soja em Reais ou em Dólares americanos diretamente com a contraparte, quanto por meio de operações nos mercados futuros de soja e de dólar. Dada a importância deste tema, a estratégia de fixação dos preços dos contratos de arrendamento é deliberada e acompanhada diretamente nas reuniões do Conselho de Administração. Adicionalmente, durante o ano de 2024, o Grupo avançou na contratação de NDF (*Non Deliverable Forward*) para proteção de suas receitas futuras em função das oscilações de taxa de câmbio e nos preços das *commodities* sem fins especulativos, com o intuito de manter um fluxo de caixa mais estável e protegido contra a volatilidade cambial conforme Nota 24.2.

Os valores de referência dos instrumentos de proteção, em 31 de março de 2025, foram determinados com o objetivo de assegurar uma gestão financeira eficaz e uma proteção robusta contra as oscilações do mercado.

(iv) Valor de mercado dos instrumentos financeiros não derivativos

O Grupo mantém saldos de caixa e equivalentes de caixa mensurado ao custo amortizado. Adicionalmente, o Grupo possui instrumentos financeiros representados por contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar a fornecedores e títulos a pagar com vencimento em curto prazo e longo prazo. No entendimento da diretoria para os valores a receber e a pagar no curto prazo o valor justo dos instrumentos é próximo aos saldos contábeis.

(v) Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio em USD, a qual afeta diretamente na receita da Companhia, visto a mesma ser baseada no preço de soja e câmbio USD. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições à taxa de câmbio são estabelecidos pela Administração, através das diretrizes de Gerenciamento de Riscos e *Hedge*, de forma que não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

A análise de sensibilidade para o risco cambial que impacta a precificação dos instrumentos financeiros derivativos em aberto considera diferentes cenários de variação nas taxas de câmbio. Para o cálculo das operações com moedas estrangeiras, foram considerados nos cenários possíveis e remotos à redução ou aumento nas taxas de câmbio de R$ 0,25 e R$ 0,50, respectivamente, as taxas estimadas em moedas estrangeiras estão refletidas no cenário provável.

Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e modelos de previsão, seguindo a governança da Companhia.

A seguir, apresentamos uma tabela com a estimativa de receita ainda não fixada que será reconhecida no exercício de 2025, conforme diferentes cenários cambiais, assim como os valores já protegidos através de contratos NDF, alinhados com a política de hedge da Companhia:

Exercício 2025		Cenários			
	Provável	R$ 0,25	R$ 0,50	-R$ 0,25	-R$ 0,50
Cotação USD	5,74	5,99	6,24	5,49	5,24
Estimativa de receita	29.946	31.249	32.553	28.643	27.339
Hedge - Ajuste Contratos a termo (NDF)	147	(497)	(1.141)	792	1.436
Estimativa de receita líquida	**30.093**	**30.752**	**31.412**	**29.435**	**28.775**

A análise apresentada tem como finalidade oferecer uma visão abrangente dos riscos potenciais, com foco nas exposições reais que ainda não foram fixadas, e demonstrar as medidas de proteção já implementadas pela Companhia por meio de instrumentos financeiros.

A projeção da marcação a mercado considera o cenário provável com base nas taxas futuras do dólar norte-americano, utilizando premissas internas da Companhia. A taxa prevista foi definida em R$ 5,74/US$ para o exercício de 2025, servindo como referência para a avaliação e cálculos da exposição e cobertura. Essas premissas são aplicadas na execução dos testes de efetividade, assegurando que os impactos contábeis e financeiros sejam adequadamente mensurados e documentados.

(vi) Risco de preço de *commodities*

As receitas do Grupo estão diretamente vinculadas ao preço da soja negociada na Bolsa de Chicago (CBOT), o que expõe o Grupo à possibilidade de variações nos preços de mercado. Para mitigar os efeitos de eventuais oscilações bruscas nos preços da soja, o Grupo adota uma política de *hedge* econômico, cujo objetivo é proteger sua receita contra a volatilidade do mercado internacional.

O Grupo implementou uma política de gestão de riscos que permite o uso de instrumentos financeiros derivativos com o intuito de reduzir os impactos decorrentes das variações no preço da *commodity*. A contratação desses instrumentos visa mitigar a volatilidade dos preços da soja, contribuindo para a maior previsibilidade dos resultados financeiros do Grupo.

Em 31 de março de 2025, a Companhia não possuía contratos de derivativos de soja contratados, motivo pelo qual não foi realizada análise de sensibilidade para essa categoria.

A utilização de instrumentos financeiros derivativos constitui uma parte essencial da estratégia de gestão de risco da Companhia, proporcionando maior previsibilidade e controle financeiro. A Companhia continua a aprimorar suas práticas de gestão de riscos por meio de revisões periódicas e da adoção das melhores práticas de mercado. Além disso, a Companhia está comprometida com a capacitação e o treinamento contínuo dos colaboradores envolvidos na gestão de riscos, garantindo uma compreensão abrangente das políticas e procedimentos em vigor.

4.5 Riscos climáticos

As propriedades agrícolas do Grupo estão expostas a riscos de danos causados por incêndios florestais e outras forças da natureza, além de impactos gerados por mudanças climáticas. A diretoria possui processos em funcionamento voltados ao monitoramento desses riscos, incluindo inspeções regulares, assim como a análise de relatórios gerados pelo processamento de imagens de satélite. O Grupo conta também, com uma ferramenta de monitoramento de riscos, apoio de empresa especializada para reporte mensal através de relatórios e interações relacionado aos efeitos climáticos e do mercado global de *commodities*.

O Grupo não está exposto a riscos climáticos de forma direta, contudo há um acompanhamento de fenômenos climáticos que possam impactar os parâmetros dos preços das *commodities* agrícolas, dessa forma a Companhia administra esse risco de impacto, alinhando a fixação dos preços dos arrendamentos com as condições de oferta e demanda do mercado de *commodities* e realiza análises regulares de tendências da agroindústria para volumes projetados de produção de *commodities* e preço.

Em 31 de março de 2025, as informações contábeis da Companhia não consideram qualquer efeito decorrente de impactos climáticos futuros.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Recursos em banco	31	565	54	586
Aplicações financeiras		4.338	5.184	8.246
	31	**4.903**	**5.238**	**8.832**

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2025, a remuneração é de 93,92% do Certificado de Depósito Interbancário (96,25% em 2024).

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Clientes em moeda nacional	529	527	43.417	25.345
(-) Provisão para perdas em recebíveis	(511)	(350)	(1.236)	(925)
	18	**177**	**42.181**	**24.420**

As contas a receber em 31 de março de 2025, referem-se, substancialmente, à receita de arrendamento de sete meses do ano safra 2024/2025 recebido em 30 de abril de 2025 (Nota 28), conforme contrato.

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
A vencer:			41.849	23.943
Vencidos:				
Até 30 dias			52	50
De 31 a 90 dias			113	100
De 91 a 180 dias	18	189	167	339
Acima de 180 dias	511	338	1.236	913
	529	527	43.417	25.345
(-) Provisão para perdas em recebíveis (i)	(511)	(350)	(1.236)	(925)
	18	**177**	**42.181**	**24.420**

A diretoria mantém procedimentos de cobrança para as contas a receber vencidas e não estima incorrer em perdas por inadimplência em montante superior ao valor provisionado.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada categoria de contas a receber mencionado na Nota 4.4 (i). Consequentemente, a diretoria não espera incorrer em perdas superiores ao valor registrado em cada exercício.

(i) Em 31 de março de 2025, o montante constituído de provisão para perdas em recebíveis refere-se a um contrato de aluguel de imóvel que foi renegociado e os prazos do novo acordo não foram cumpridos. Consequentemente, a diretoria decidiu pelo provisionamento de 100% dos saldos vencidos acima de 180 dias em aberto. A Companhia tentou a negociação junto ao cliente para viabilizar o recebimento e, como não teve sucesso nas tratativas, judicializou a cobrança com ordem despejo. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia encontra-se em estágio avançado de tratativas com o referido cliente para regularização dos saldos vencidos, tendo retomado o recebimento dos aluguéis mensais a partir de abril de 2025.

As movimentações na provisão para crédito de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo inicial	(350)	(331)	(925)	(356)
Perdas por redução ao valor recuperável	(170)		(320)	(100)
Valores revertidos no período	9	6	9	6
Saldo final	**(511)**	**(325)**	**(1.236)**	**(450)**

A despesa com a constituição da provisão para perdas de crédito esperadas é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança administrativas, judiciais e extrajudiciais.

7 Títulos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Créditos originados no Acordo (i)	43.854	45.442	43.854	45.442
Venda de ativos (ii)	2.658		8.800	6.080
(-) Ajuste a valor presente (ii)			(353)	(461)
(-) Provisão para *impairment* (i)	(297)	(297)	(297)	(297)
	46.215	**45.145**	**52.004**	**50.764**
Circulante	8.622	5.984	10.481	7.726
Não circulante	37.593	39.161	41.523	43.038

(i) Os saldos referem-se aos títulos originados no registro do Acordo (Nota 1.3), mensurados ao valor justo, o qual considera que os créditos originais serão realizados pela SLC CO e repassados para a Companhia em um período estimado de três a quatro anos. No período findo em 31 de março de 2025, os ativos considerados como realizados pela SLC CO, deduzidos dos passivos indenizáveis pela Companhia, resultaram em um direito realizável líquido de R$ 8.041, conforme Nota 1.3 (c).

No período findo em 31 de março de 2025, o valor justo desses ativos foi remensurado, impactando o resultado em uma receita financeira de R$ 1.251 (R$ 1.069 em 2024). As principais premissas da mensuração do valor justo referem-se as datas estimada de recebimento e a taxa de desconto conforme divulgado na Nota 1.3(b)(i).

(ii) Em janeiro de 2025, a Companhia firmou compromisso de venda da área localizada em Rosário do Sul, conforme as condições mencionadas na Nota 1.2 e, por entender já ter ocorrido a transferência de controle do referido ativo, reconheceu os efeitos da sua venda (Nota 22). Em 31 de março de 2025, o valor a receber é no montante de R$ 2.658.

Em 14 agosto de 2024, O Grupo realizou a venda da Fazenda C-Vale pelo montante de R$ 8.500 e, conforme contrato de venda, o cronograma de recebimento foi estabelecido da seguinte forma:

Parcela	Data do Recebimento	Valores e condições
1°	Na data da assinatura	R$ 2.500
2°	07/2025	R$ 2.000, atualizado pelo CDI referente ao período de 08/2024 a 07/2025
3°	07/2026	R$ 2.000, atualizado pelo CDI referente ao período de 07/2025 a 07/2026
4°	07/2027	R$ 2.000, atualizado pelo CDI referente ao período de 07/2026 a 07/2027

Desta forma, com base no cronograma de recebimentos apresentado, a Companhia reconheceu o ajuste a valor presente deste contas a receber no montante de R$ 353 (R$ 461 em 2024) com taxa média de 11,80% ao ano, impactando o resultado financeiro do grupo no montante de R$ 108.

As movimentações na provisão para *impairment* de títulos a receber não apresentaram movimentações nos períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024.

A despesa com a constituição da provisão para *impairment* é registrada na demonstração do resultado, na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas". Sendo o registro de baixa como perda efetiva, quando esgotado todos os meios de cobrança/restituição judiciais e extrajudiciais.

A composição dos títulos a receber classificados no ativo não circulante, por idade de vencimento, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
2026	8.717	8.402	10.717	10.402
2027	25.872	24.937	27.802	26.814
2028	1.004	5.822	1.004	5.822
2030	2.000		2.000	
	37.593	**39.161**	**41.523**	**43.038**

8 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
PIS (i)	3.109	3.109	3.109	3.109
COFINS (i)	14.094	14.094	14.094	14.094
IRRF	181	161	190	186
Outros tributos (iii)	2.178	2.752	2.183	2.757
(-) Provisão para *impairment* (ii)	(3.538)	(3.538)	(3.538)	(3.538)
	16.024	**16.578**	**16.038**	**16.608**
Circulante	2.062	2.616	2.076	2.646
Não circulante	13.962	13.962	13.962	13.962

(i) A Companhia possui saldos de créditos de PIS e COFINS, originados na sucedida TS Brasil S.A., acumulados entre 2011 e 2016, objetos de pedidos de ressarcimento vinculados a saídas não tributadas ou de exportação. A expectativa de realização, após deferimento, se dará em duas formas: (i) compensação com débitos de titularidade da Companhia; ou (ii) ressarcimento em espécie.

(ii) Diante das ações de saneamento e impulsionamento adotadas pela administração (Nota 17.4) foram atualizadas as bases de constituição da provisão de perda de créditos de PIS, no valor de R$ 631 (2024 – R$ 631), e de COFINS no montante de R$ 2.907 (2024 R$ 2.907), aproximadamente 17% do saldo registrado.

(iii) Refere-se, substancialmente, aos saldos de PIS e COFINS habilitados para compensação. Após a habilitação para compensação, esses tributos perdem sua natureza original e, portanto, são classificados como "outros tributos". Em 2025, esses créditos foram compensados com os débitos tributários de outras naturezas, no montante de R$ 589. O saldo remanescente será compensado pela Companhia ao longo do exercício de 2025.

Pedidos de ressarcimento

Em novembro de 2017, a TS Brasil S.A, foi incorporada pela Companhia, que passou a ser sua sucessora legal dos direitos e obrigações. Neste contexto, impetrou Mandado de Segurança e obteve liminar favorável à análise de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS e COFINS que não foram apreciados no prazo de 360 dias, conforme artigo 24 da Lei 11.457/07, no valor de R$ 28.785, além de garantir a correção monetária pela taxa SELIC a partir de 360 dias da data do protocolo dos referidos pedidos até a data do efetivo pagamento. Após análise a Secretaria da Receita Federal glosou R$ 24.453, o que foi objeto de recurso administrativo (pendente de julgamento).

Em novembro de 2021, por decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ), os processos foram convertidos em diligência para reanálise do direito creditório, considerando a documentação juntada em 2020 e o novo entendimento sobre o conceito de insumo pelo STJ (Supremo Tribunal de Justiça). Em março de 2023, a Companhia impetrou novo mandado de segurança, objetivando análise das manifestações de inconformidade, vez que ultrapassado o prazo de 360 dias para decisão administrativa, sendo concedida a liminar, determinando a remessa dos processos para conclusão do julgamento, cujo acórdão foi proferido em julho de 2023, reconhecendo parcialmente o direito ao crédito no montante de R$ 3.489, o qual foi ressarcido à Companhia entre outubro de 2023 e outubro de 2024.

O saldo remanescente segue em discussão na 3ª turma do CARF, cujo objeto é a reversão de compensação de ofício, reconhecimento do não estorno proporcional às saídas não tributadas, e o enquadramento das aquisições no atual conceito de essencialidade e relevância pacificado no STJ, além da avaliação da documentação complementar apresentada.

9 Imposto de renda e contribuição social

9.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

	Controladora		Consolidado
	31 de março de 2025	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	51	669	26
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	19	261	21
	70	**930**	**47**

9.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

No período findo em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia utilizou a sistemática do lucro real, calculando e registrando seus tributos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das informações contábeis intermediárias. As suas controladas utilizaram a sistemática de lucro presumido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias entre a base de cálculo do imposto e os valores das informações contábeis intermediárias. A reversão desses valores se dá apenas quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentem lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma

parte ou a totalidade dos tributos não será realizada, não haverá constituição de tributos diferidos ativos e expectativa para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 31 de março de 2025, os créditos tributários diferidos sobre o saldo de prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social não registrados contabilmente são de R$ 39.839 (R$ 36.617 em 2024),na controladora e no consolidado, em razão de não atenderem aos requisitos do normativo contábil CPC 32/ IAS 12 – Tributos sobre o lucro para seu reconhecimento.

No período findo em 31 de março de 2025, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
Natureza por entidade legal	Saldos líquidos em 1° de janeiro	Reconhecido no resultado	31 de março de 2025	Saldos líquidos em 1° de janeiro	Reconhecido no resultado	Transferencia para tributos correntes (i)	31 de março de 2025
Créditos tributários sobre:							
Prejuízos fiscais acumulados	2.448		2.448	2.448			2.448
Contribuição social sobre base negativa acumulada	881		881	881			881
Diferenças temporárias:							
Provisão para *impairment*	118	56	174	118	56		174
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	7.524	205	7.729	7.524	205		7.729
Variação cambial	1.220	604	1.824	1.220	604		1.824
Operações com Derrivativos - NDF	1.362	(974)	388	1.362	(974)		388
Obrigações do Acordo		308	308		308		308
Outras provisões temporárias	381		381	381			381
	13.934	**199**	**14.133**	**13.934**	**199**		**14.133**
Débitos tributários sobre:							
Diferenças temporárias:							
Direitos do Acordo	(14.807)	617	(14.190)	(14.807)	617		(14.190)
Controladas tributadas pelo regime de caixa				(2.987)	(2.004)	127	(4.864)
	(14.807)	617	(14.190)	(17.794)	(1.387)	127	(19.054)
Débitos tributários, líquidos	**(873)**	**816**	**(57)**	**(3.860)**	**(1.188)**	**127**	**(4.921)**
Tributos diferidos passivos	**(873)**		**(57)**	**(3.860)**			**(4.921)**

(i) O valor refere-se ao montante de tributo diferido reconhecido no exercício de 2024 que se tornou corrente, após o recebimento.

No período findo em 31 de março de 2024, a movimentação dos saldos de tributos diferidos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
Natureza por entidade legal	Saldos líquidos em 1° de janeiro	Reconhecido no resultado	31 de março de 2024	Saldos líquidos em 1° de janeiro	Reconhecido no resultado	31 de março de 2024
Créditos tributários sobre:						
Prejuízos fiscais acumulados	2.448		2.448	2.448		2.448
Contribuição social sobre base negativa acumulada	881		881	881		881
Diferenças temporárias:						
Provisão para *impairment*	112	(2)	110	112	(2)	110
Provisão para contingências/tributos com exigibilidade suspensa	4.828	(1.709)	3.119	4.828	(1.709)	3.119
Variação cambial	630	605	1.235	630	605	1.235
Outras provisões temporárias	381		381	381		381
	9.280	**(1.106)**	**8.174**	**9.280**	**(1.106)**	**8.174**
Débitos tributários sobre:						
Diferenças temporárias:						
Direitos do Acordo	(14.675)	(400)	(15.075)	(14.675)	(400)	(15.075)
Controladas tributadas pelo regime de caixa				(2.645)	(1.668)	(4.313)
	(14.675)	(400)	(15.075)	(17.320)	(2.068)	(19.388)
Débitos tributários, líquidos	**(5.395)**	**(1.506)**	**(6.901)**	**(8.040)**	**(3.174)**	**(11.214)**
Tributos diferidos passivos	**(5.395)**		**(6.901)**	**(8.040)**		**(11.214)**

A expectativa de realização dos créditos relativos ao prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social ocorrerá de acordo com o cronograma a seguir:

	Controladora	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Em 2026	3.329	3.329
	3.329	**3.329**

A expectativa de realização dos tributos diferidos está fundamentada pela expectativa de realização dos ativos e passivos constituídos do Acordo, bem como pela atualização monetária de tributos a recuperar.

Essa estimativa considera a limitação da utilização dos referidos créditos até o limite de 30% do lucro real apurado em cada período.

9.3 Reconciliação da alíquota efetiva

Os valores do imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	8.960	7.928	11.724	9.682
Taxa nominal	34%	34%	34%	34%
	(3.046)	(2.696)	(3.986)	(3.292)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:				
De equivalência patrimonial	6.050	3.640		
Despesas não dedutíveis	(118)	(76)	(118)	(76)
Crédito tributário não constituído sobre prejuízos fiscais	(2.166)	(2.355)	(2.166)	(2.355)
Ajuste do cálculo de controladas tributadas pelo lucro presumido			4.226	2.482
Outras (adições) e exclusões líquidas	26	(19)	26	(19)
No resultado do período	**746**	**(1.506)**	**(2.018)**	**(3.260)**
Alíquota efetiva	8%	-19%	-17%	-34%

10 Investimentos (Controladora)

10.1 Composição dos investimentos

Os investimentos mantidos pela Companhia têm a seguinte composição:

	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Fazenda São José S.A.	508.052	493.616
Fazenda Iporanga S.A.	228.168	219.487
Fazenda Boa Vista S.A.	69.455	68.886
	805.675	**781.989**

10.2 Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos mantidos pela Companhia no período é como segue:

Em 1º de janeiro de 2024	794.007
Resultado de equivalência patrimonial do período	10.707
Dividendos antecipados a serem aprovados em AGO (i)	(21)
Saldo em 31 de março de 2024	**804.693**
Resultado de equivalência patrimonial do período	36.186
Dividendos antecipados a serem aprovados em AGO (i)	(31.246)
Resultado com derivativos nas controladas - *hedge accouting* (iii)	(6.261)
Dividendos aprovados pela controlada - Iporanga, Boa Vista e São José (ii)	(10.245)
Dividendos mínimos obrigatórios - Iporanga, Boa Vista e São José	(11.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**781.989**
Em 1º de janeiro de 2025	781.989
Resultado de equivalência patrimonial do período	17.794
Resultado com derivativos nas controladas - *hedge accouting* (iii)	6.157
Dividendos antecipados a serem aprovados em AGO (i)	(265)
Em 31 de março de 2025	**805.675**

(i) Refere-se a dividendos antecipados pelas controladas (Fazendas São José, Iporanga e Boa Vista), para os quais os recursos foram utilizados no pagamento de empréstimos, dividendos e remuneração dos administradores na Controladora, os dividendos serão declarados pelas controladas no encerramento do exercício, para garantir o direito dos valores já pagos. Em 24 de abril de 2025, foi aprovado em AGO o montante de R$ 31.267, referente a dividendos antecipados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, o valor de R$ 265 está previsto para aprovação na AGO que será realizada em abril de 2026.

(ii) Dividendos referentes ao exercício de 2023 e pagos em maio de 2024.

(iii) Refere-se ao resultado apurado em operações com instrumentos financeiras derivativos, designados pelas controladas como instrumento de *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, registrado em outros resultados abrangentes, até o momento de realização do item protegido. As controladas não reconhecem tributos diferidos ativos sobre esses resultados por não representarem uma diferença entre as bases fiscal e contábil na sistemática do lucro presumido (Nota 9.2).

10.3 Informações sobre as investidas

As investidas da Companhia, têm por objeto: a) investimento, desenvolvimento, gestão de ativos e bens de uso rural; b) desenvolvimento e exploração de florestas e madeira; c) a parceria agrícola de terras para a exploração agrícola e da pecuária; e d) a participação em outras pessoas jurídicas ou sociedades de qualquer espécie na qualidade de sócia ou acionista.

Em 31 de março de 2025, as informações financeiras das investidas são como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Fazenda São José S.A. (i)	100%	579.854	71.802	508.052	12.739	10.845
Fazenda Iporanga S.A. (i)	100%	271.546	43.378	228.168	8.263	6.342
Fazenda Boa Vista S.A. (i)	100%	73.410	3.955	69.455	953	607
		924.810	**119.135**	**805.675**	**21.955**	**17.794**

(i) O saldo do patrimônio líquido das fazendas São José, Iporanga e Boa Vista estão líquidos dos dividendos antecipados e serão devidamente aprovados em AGO, conforme Nota 10.2 (i).
Em 31 de março de 2024, as informações financeiras da investida é como segue:

	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Fazenda São José S.A.	100%	584.336	75.047	509.289	9.138	6.214
Fazenda Iporanga S.A.	100%	273.292	45.407	227.885	5.978	4.240
Fazenda Boa Vista S.A.	100%	72.002	4.483	67.519	719	253
Buriti Agrícola Ltda.	100%					
Itaqui Participações S.A	100%					
		929.630	**124.937**	**804.693**	**15.835**	**10.707**

11 Propriedades para investimento (Consolidado)

As propriedades para investimento têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Imóveis - escritório em Nova Mutum (i)	8.972	9.007
Propriedades agrícolas (ii)	783.675	784.354
	792.647	**793.361**

(i) Os imóveis referem-se ao prédio corporativo localizado na cidade de Nova Mutum - MT que é mantido pela Fazenda Boa Vista, controlada direta, com o objetivo de auferir renda mediante aluguel a terceiros. Estes imóveis estão registrados pelo valor de custo, sendo que o valor justo em 31 de março de 2025 foi estimado em R$ 47.399, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada com data base de 30 de novembro de 2024. A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades no período de 2025.

(ii) As propriedades agrícolas referem-se às terras exploradas sob contratos de arrendamento mantidos pelo Grupo. As propriedades destinadas a investimento estão registradas pelo custo de aquisição. Em 31 de março de 2025, o valor justo dessas propriedades foi estimado em R$ 2.626.628, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada com data base de 30 de novembro de 2024. A administração estima não haver variação no valor justo dessas propriedades no período de 2025.

A movimentação do saldo contábil das propriedades para investimento no período é como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo em 1º de janeiro	793.361	803.198
Aquisições		148
(-) Baixas		(9)
(-) Depreciação	(714)	(834)
Saldo final	**792.647**	**802.503**

11.1 Propriedades para investimentos dadas em garantia

Em 31 de março de 2025, os empréstimos e financiamentos da Companhia no montante de R$ 102.807 (R$ 99.296 em 2024) estão garantidos por alienação fiduciária de quatro matrículas de propriedades para investimentos, no valor contábil de R$ 60.518 (R$ 60.518 em 2024).

12 Imobilizado

12.1 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 (Controladora)

	31 de dezembro de 2024	Adições	31 de março de 2025
(+) Custo			
Máquinas e equipamentos	500		500
Móveis e utensílios	78		78
Equipamentos de informática	590		590
	1.168		1.168
(-) Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(51)	(7)	(58)
Móveis e utensílios	(11)	(1)	(12)
Equipamentos de informática	(265)	(25)	(290)
	(327)	(33)	(360)
(=) Saldo residual, líquidos			
Máquinas e equipamentos	449	(7)	442
Móveis e utensílios	67	(1)	66
Equipamentos de informática	325	(25)	300
Total	**841**	**(33)**	**808**

12.2 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2024 (Controladora)

	31 de dezembro de 2023	Adições	31 de março de 2024
(+) Custo			
Máquinas e equipamentos	500		500
Móveis e utensílios	50	6	56
Equipamentos de informática	585		585
	1.135	6	1.141
(-) Depreciação			
Máquinas e equipamentos	(23)	(7)	(30)
Móveis e utensílios	(6)	(1)	(7)
Equipamentos de informática	(166)	(25)	(191)
	(195)	(33)	(228)
(=) Saldo residual, líquidos			
Máquinas e equipamentos	477	(7)	470
Móveis e utensílios	44	5	49
Equipamentos de informática	419	(25)	394
Total	**940**	**(27)**	**913**

12.3 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2025 (Consolidado)

	31 de dezembro de 2024	Adições	31 de março de 2025
(+) Custo			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	221		221
Máquinas e equipamentos	525		525
Veículos	10		10
Móveis e utensílios	98		98
Equipamentos de informática	585		585
Correção de solo	41.590		41.590
	88.870		88.870
(-) Depreciação			
Edificações e instalações	(50)	(1)	(51)
Máquinas e equipamentos	(65)	(7)	(72)
Veículos	(10)		(10)
Móveis e utensílios	(24)	(2)	(26)
Equipamentos de informática	(260)	(25)	(285)
Correção de solo	(41.590)		(41.590)
	(41.999)	(35)	(42.034)
(=) Saldo residual, líquidos			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	171	(1)	170
Máquinas e equipamentos	460	(7)	453
Móveis e utensílios	74	(2)	72
Equipamentos de informática	325	(25)	300
Total	**46.871**	**(35)**	**46.836**

(i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que explorou sustentável vegetação nativa, por meio de manejo florestal, não incluída nas operações de arrendamento do Grupo.

12.4 Movimentação de 1º de janeiro a 31 de março de 2024 (Consolidado)

	31 de dezembro de 2023	Adições	31 de março de 2024
(+) Custo			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	209		209
Máquinas e equipamentos	557		557
Veículos	10		10
Móveis e utensílios	70	6	76
Equipamentos de informática	584		584
Correção de solo	41.590		41.590
	88.861	6	88.867
(-) Depreciação			
Edificações e instalações	(44)	(1)	(45)
Máquinas e equipamentos	(44)	(8)	(52)
Veículos	(10)		(10)
Móveis e utensílios	(17)	(1)	(18)
Equipamentos de informática	(166)	(25)	(191)
Correção de solo	(41.590)		(41.590)
	(41.871)	(35)	(41.906)
(=) Saldo residual, líquidos			
Terras para exploração (i)	45.841		45.841
Edificações e instalações	165	(1)	164
Máquinas e equipamentos	513	(8)	505
Móveis e utensílios	53	5	58
Equipamentos de informática	418	(25)	393
Total	**46.990**	**(29)**	**46.961**

(i) As terras mantidas como ativo imobilizado referem-se à unidade que explorou de forma sustentável vegetação nativa, por meio de manejo florestal, não incluída nas operações de arrendamento do Grupo.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

13 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Moeda	Média de juros a.a.	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Moeda Nacional						
Capital de giro	R$	15,32% (2024 - 15,72%)	102.807	99.296	102.807	99.296
			102.807	**99.296**	**102.807**	**99.296**
Circulante			58.522	56.887	58.522	56.887
Não Circulante			44.285	42.409	44.285	42.409

Os financiamentos de longo prazo serão liquidados em duas parcelas anuais iguais com vencimento para maio de 2026 e 2027.

A movimentação patrimonial dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 31 de março de 2025 e 2024 está apresentada na Nota 25 (b).

13.1 *Covenants*

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia e do Grupo pelos credores envolvidos em contratos financeiros são mantidas cláusulas de *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívidas, a medição destas cláusulas é realizada no encerramento de cada exercício social.

Para o período findo em de 31 de março de 2025, há um único contrato mantido pela Companhia que possui *covenants* financeiros calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme segue:

- Limite para relação de 3 vezes Dívida líquida x EBITDA ajustado

A Companhia realiza o acompanhamento desse compromisso e, em 31 de março de 2025, tem a expectativa de atender o referido índice no final do exercício de 2025.

14 Títulos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Honorários advocatícios	1.306	1.317	1.306	1.317
Tecnologia da informação	54	379	54	379
Passivos decorrentes do Acordo (Nota 1.3 (b))	910		910	
Laudos e Pareceres	137	237	137	237
Outros	268	371	298	391
	2.675	**2.304**	**2.705**	**2.324**
Circulante	2.274	2.304	2.304	2.324
Não circulante	401		401	

15 Outros tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
PIS	2	1	280	164
COFINS	11	3	1.307	753
ITR			402	
Programa Autorregulador (i)	737	800	737	800
Retenções (PIS/COFINS/CSLL/ISS)	166	228	173	232
	916	**1.032**	**2.899**	**1.949**
Circulante	432	485	2.415	1.402
Não circulante	484	547	484	547

(i) Em 1° de abril de 2024, a Companhia aderiu ao Programa de Autorregularização Incentivada instituído pela Lei n° 14.740 de 29 de novembro, 2023. Foram indicados ao programa especial de parcelamento, débitos de IRPJ e CSLL dos exercícios 2021 e 2022, mapeados e registrados após o reprocessamento do LALUR.

O montante de débitos elegíveis indicados foi de R$ 2.026, conforme critérios do programa, 50% do débito (R$ 1.014) foi liquidado à vista com a utilização de créditos calculados sobre saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O saldo foi parcelado em 48 prestações mensais, no valor de R$ 21, corrigida à taxa referencial SELIC. A taxa é acumulada mensalmente e os juros são calculados a partir do mês seguinte ao da consolidação da dívida mais 1%.

16 Passivos relacionados a contratos com clientes

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Contratos de Arrendamento (i)	79.862	79.134
	79.862	**79.134**
Circulante	3.729	3.652
Não circulante	76.133	75.482

(i) Refere-se ao adiantamento recebido da SLC CO pelo arrendamento das propriedades para investimento do Grupo equivalentes a 39.099 hectares de terras localizados no estado de Mato Grosso, conforme contratos firmados entre as partes até o término da safra 2045/2046, previsto para agosto de 2.046. Esses adiantamentos recebidos caracterizam-se como passivos de contratos e, portanto, são atualizados pela taxa equivalente ao custo médio de captação do Grupo, apurada no momento do recebimento do recurso, determinada em 8,66% ao ano pela diretoria.

No período findo em 31 de março de 2025, foram imputados encargos financeiros no montante de R$ 1.653 sobre o saldo de adiantamentos de clientes, e houve a baixa de R$ 925 contra recebíveis de arrendamento, conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado	
	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Saldo inicial	35	79.134	76.223
Adiantamento recebido			49
Apropriação de juros		1.653	1.594
Compensação com recebíveis		(925)	(854)
Saldo final	**35**	**79.862**	**77.012**
Circulante	35	3.729	3.515
Não circulante		76.133	73.497

O montante dos adiantamentos a serem compensados com os recebíveis dos contratos de arrendamento nos próximos doze meses é de R$ 3.729 (nas controladas), e a parcela classificada no passivo não circulante tem a seguinte distribuição por ano de compensação:

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
2026	2.797	3.652
2027	3.729	3.652
2028	3.729	3.652
2029	3.729	3.652
2030 a 2046	62.149	60.874
	76.133	**75.482**

A diretoria do Grupo entende que o adiantamento recebido apenas caracteriza-se como receita ganha pelo Grupo à medida que o período de arrendamento é incorrido, sendo que o montante correspondente ao período não realizado é passivo de devolução em caso de eventos futuros que impossibilitem a continuidade da operação contratada entre as partes.

17 Provisão para contingências (Controladora e Consolidado)

A diretoria, com base na análise individual dos processos propostos contra o Grupo e suportada por opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisões no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Causas		
Trabalhistas	81	77
Tributárias e ambientais	4.390	4.339
Cíveis	21.216	20.637
Total (i)	**25.687**	**25.053**
Circulante	1.249	
Não circulante	24.438	25.053

(i) Do montante total apresentado, R$ 17.674 referem-se a contingências do Acordo de Associação (R$ 17.286 em 2024).

Trabalhistas

As ações referem-se, substancialmente a ações trabalhistas geridas no âmbito do Acordo (Nota 1.3).

Tributárias e ambientais

Representada substancialmente por auto de infração no importe de R$ 3.043, lavrado pelo IBAMA por entender que a TSPA exerceu atividade operacional em inobservância à legislação ambiental aplicável.

Além disso, há execuções fiscais por entender pela inconstitucionalidade de parcelamento de créditos realizado no Estado do Mato Grosso; honorários de sucumbência decorrente de ação contra o INSS, cujo objeto é a inaplicabilidade da Lei 10.256/01 para as atividades rurais e agroindustriais e ação contra a União Federal, para exclusão de determinadas verbas de caráter indenizatória na base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Cíveis

As ações cíveis são representadas por pedidos de indenização por dano moral, material, inadimplemento contratual e a consequente cobrança de multas e penalidades e honorários sucumbenciais.

As discussões mais relevantes destacam-se para quatro valores, sendo:

(i) Montante de R$ 1.249, referente à ação indenizatória, com pleito de ressarcimento de dano material pelos supostos prejuízos ocasionados na propriedade do Autor decorrente da deriva de aplicação de defensivos pela Companhia. No período findo em 31 de março de 2025, a Companhia foi intimada a realizar o cumprimento da obrigação. A liquidação foi realizada em 30 de abril de 2025 e, demais valores relacionados ao processo permanecem em discussão judicial, não sendo cabível, até o momento, a constituição de provisões adicionais.

(ii) Montante de R$ 2.360, referente à discussão quanto à responsabilidade de ex-acionista da Companhia, que assumiu por meio de instrumento particular, o compromisso de pagar toda e qualquer demanda relacionada ao objeto do processo, assim como a condução técnica por intermédio de assessor jurídico contratado por ele. A Companhia monitorava os andamentos processuais e em 2023 identificou ordem para pagamento do débito. A Companhia notificou extrajudicialmente o ex-acionista e o seu advogado para adoção das medidas cabíveis, como não houve resposta pelos notificados a Companhia reiterou a nova notificação em 2024 e propôs ação de indenização, para que seja redirecionada a cobrança e indenização pelos danos causados.

(iii) Montante de R$ 2.781 refere-se aos honorários de sucumbência fixados contra a Companhia em ação de execução de título extrajudicial, cuja discussão versa sobre o alegado descumprimento de cláusula contratual do Instrumento celebrado entre o Autor e Cia para excluí-lo da condição de avalista. Apesar da condenação em honorários de sucumbência, vale informar que no mérito a decisão foi favorável a Companhia, uma vez que não reconheceu o direito pleiteado pelo Requerido.

(iv) Montante de R$ 12.520 refere-se a processo judicial em que o Autor pleiteia a rescisão do contrato de Compra e Venda de Bens Imóveis e suas Benfeitorias e do Termo Aditivo ao Arrendamento de uma área de 3.812,94 ha, com a consequente condenação da Companhia ao pagamento de multa contratual, e restituição dos valores pagos pelo Autor além dos honorários sucumbenciais, cuja decisão foi desfavorável à Companhia

17.1 Depósitos judiciais

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui depósitos judiciais, para os quais não mantêm provisão para contingências, nos montantes totais de R$ 3 (R$ 3 em 2024) e que estão classificados no ativo não circulante.

Determinados depósitos judiciais são deduzidos do passivo contingente constituído, quando não há decisão desfavorável à Companhia, caso contrários são levantados a seu favor.

Em 31 de março de 2025, o Grupo manteve R$ 88 (R$ 88 em 2024) de depósitos judiciais para os quais havia provisões correspondentes (Nota 17.2).

17.2 Movimentação das provisões cuja perda é provável

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro a 31 de março de 2025

	Controladora e Consolidado			
(+) Provisão para contingência	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	2.142	8.994	5.938	17.074
Novos processos e complementos	430		17.786	18.216
Reversão de provisão	(369)	(3.066)	(624)	(4.059)
Liquidações no exercício	(2.159)		(528)	(2.687)
Atualização monetária do exercício e impacto do Decreto/Lei	121	(1.589)	(1.935)	(3.403)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**165**	**4.339**	**20.637**	**25.141**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	165	4.339	20.637	25.141
Atualização monetária do período	4	51	579	634
Saldos em 31 de março de 2025	**169**	**4.390**	**21.216**	**25.775**
(-) Depósitos judiciais	**Trabalhistas**	**Tributárias**	**Cíveis**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2024	(113)			(113)
Reversão de provisão	25			25
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(88)**			**(88)**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	(88)			(88)
Saldos em 31 de março de 2025	**(88)**			**(88)**
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	**77**	**4.339**	**20.637**	**25.053**
Saldos líquidos em 31 de março de 2025	**81**	**4.390**	**21.216**	**25.687**

17.3 Ações com perda classificada como possível

As ações abaixo apresentadas compreendem aquelas ações contra a Companhia e suas controladas, que não fazem parte do Acordo, cuja estimativa de perda é classificada como possível, conforme opinião da diretoria, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, e por isso não estão provisionadas nas informações contábeis intermediárias:

	Consolidado	
Causas	**31 de março de 2025**	**31 de dezembro de 2024**
Tributárias (i)	87.520	85.377
Trabalhistas (ii)	1.728	265
Cíveis (iii)	16.469	15.272
	105.717	**100.914**

(i) *Tributárias*

As demandas tributárias classificadas com risco possível referem-se à (i) cobrança de ICMS em operações de exportação supostamente não comprovadas junto à Sefaz/MT; (ii) suposta escrituração indevidas de créditos de ICMS na aquisição de insumos, em especial energia elétrica; (iii) indeferimento de pedidos de compensações de tributos federais; (iv) autos de infração lavrados por suposta ausência de recolhimento de ITR, (v) indeferimentos de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS vinculados a saídas não tributadas; (vi) termos de intimação fiscal para esclarecimento de informações declaradas em DCTF retidas em malha; (vii) cobrança de ICMS em operações internas por suposta interrupção do diferimento do tributo junto à Sefaz/MT; e (viii) utilização de créditos de ICMS apropriados na aquisição de insumos supostamente vedados pelo RICMS/MT.

(ii) ***Trabalhistas***

Referem-se a processos com pedidos de pagamento de verbas rescisórias trabalhistas e seus reflexos, adicional de insalubridade, ressarcimento de danos material e moral e processo relativo a acidente de trabalho decorrentes de atividades laborais de empregado de empresa terceira contratada pela Companhia para prestação de serviços, cujo pleito consiste em indenizações por danos materiais e morais em razão de tais fatos, além de adicionais de insalubridade; indenização por estabilidade provisória; responsabilidade solidária em razão de terceirização de serviços; reflexos no 13º salário, férias e outras verbas; e contribuições ao INSS e FGTS.

(iii) ***Cíveis***

Referem-se a pedidos de cobrança em razão de inadimplemento contratual, cobrança de danos materiais e morais, além de processo de execução e administrativo com pedido de implantação de assentamento rural para reforma agrária.

Espólio de J.L.F. - pessoa física

Trata-se de ação reivindicatória ajuizada por J. L. F. e outros em face de L. M. e Outros, com o objetivo de reintegrar à posse dos imóveis objeto da demanda, situados em Nova Mutum (MT), sob a alegação de terem sido indevidamente alienados pelos Réus em favor de terceiros.

Os assessores jurídicos externos que apoiam a Diretoria classificam essa causa como possível e avaliam que na hipótese de decisão desfavorável o prejuízo econômico será fixado em R$ 9.211 em 31 de março de 2025 (R$ 9.167 em R$ 2024).

17.4 Ativos contingentes da Companhia

O departamento jurídico do Grupo monitora os processos que tratam de teses tributárias que beneficiam os contribuintes e são aderentes à Companhia e empresas do grupo, especialmente aqueles que já foram julgados e são temas com repercussão geral. No entanto, até o momento, a Companhia não os registrou contabilmente como ativos, pois não se enquadram no critério de "praticamente certo" para reconhecimento, conforme o CPC 25/IAS 37.

Neste sentido, desde 2023, a Diretoria tem aprimorado o processo de identificação e coleta de informações dessas ações especialmente por haver uma expectativa de benefício econômico futuro para o Grupo.

Adicionalmente, para a sustentação dos referidos créditos, uma vez que seja reconhecido o direito da Companhia, a Diretoria conta com o apoio de empresa terceira de guarda dos documentos para o levantamento das evidências/informações necessárias para a sustentação do crédito e de escritório de advocacia para suporte na análise e quantificação do direito reconhecido pelas medidas judiciais propostas, cuja conclusão não é possível estimar, dado a necessidade do trânsito em julgado das ações, quantidade de documentos e períodos a serem avaliados, aliado ao fato da necessidade de obtenção de documentos de responsabilidade de terceiros.

A expectativa de sucesso nessas ações mudará quando da confirmação das decisões favoráveis e toda a documentação necessária estiver necessária para sustentação do direito reconhecido estiver disponível.

Neste contexto, em 31 de março de 2025, as ações que se encontram nas condições acima descritas, são as seguintes:

(i) O STF, no julgamento do RE nº 574.706, estabeleceu que o ICMS não deve ser incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS. A Secretaria Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da IN 2121/22, definiu a metodologia para excluir o ICMS do cálculo dessas contribuições. A Maeda S.A. Agroindustrial, agora parte da Companhia, possui créditos relacionados a este tema, avaliados pela Diretoria e seus

assessores legais, no total de R$ 10.160, divididos em R$ 4.432 com prognostico de possível e R$ 5.728 com prognostico de provável, sendo este último valor considerado um benefício econômico realizável para a Companhia. Em maio de 2024, referido crédito foi habilitado junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, cuja utilização está sendo efetivada mensalmente pela Companhia nos limites previstos na Portaria 14/2024 do Ministério da Fazenda.

(ii) Expurgos inflacionários oriundos de Cédulas Pignoratícias Rurais firmadas junto ao Banco do Brasil no período do Plano Collor, cujo aproveitamento se dará através do processo de cumprimento de sentença já iniciado pela Companhia, mas que se encontra sobrestado até a apreciação definitiva, pelo Supremo Tribunal Federal, do Recurso Extraordinário, apresentado pelo Banco do Brasil, o qual suspendeu os efeitos da Ação Civil Pública ("ACP"). Enquanto houver risco de reversão das decisões proferidas na ACP, favoráveis à Companhia, não há o que se falar em estabilização do direito. Essa ação é de titularidade da Agropem Agropecuária Maeda, atualmente sob o controle da Companhia.

(iii) Não incidência do ICMS na base de cálculo do Funrural, refere-se ao abatimento do ICMS destacado na venda da produção agrícola primária, da base de cálculo da contribuição destinada ao Funrural. A Lei 8.212/91 determina que a contribuição incida sobre a receita integral da comercialização da produção, incluindo-se até mesmo o valor do ICMS devido. Ocorre, contudo, que o ICMS não pode ser incluído na base de cálculo do Funrural, pois o valor correspondente ao imposto não representa receita do Produtor Rural alienante (similar a ação do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS). Para essa ação, não há decisão definitiva que assegura o direito do Grupo.

(iv) Títulos PER – Créditos de PIS e COFINS não utilizados na apuração mensal de janeiro de 2006 a janeiro de 2009, para saídas não tributadas, nos termos da Instrução Normativa 2055/2021. Neste sentido a Diretoria, com apoio de seus assessores, tem buscado documentos para sustentação do crédito pleiteado, tendo sido localizado parte dos documentos suporte e está em avaliação acerca das estratégias para impulsionamento, uma vez que depende da anuência da SLC CO em conjunto com a Diretoria, por se tratarem de tributos relacionados ao Acordo de Associação, que entende que o aproveitamento deve ocorrer tão somente após obtenção de todos os documentos necessários a comprovação de seu direito.

(v) Trata-se de Mandado de Segurança impetrado pela Maeda Agroindustrial e TS Brasil, sucedidas pela Companhia, por meio do qual se discute a não incidência do Funrural em exportações indiretas, em virtude do julgamento do Recurso Extraordinário nº 759.244, que concluiu ser inconstitucional o artigo 170 da Instrução Normativa 971/2009 (revogada), o qual afasta da regra de não incidência das contribuições sociais previdenciárias a aludida contribuição sobre a receita bruta para as operações com fins de exportação ("*trading companies*"). A liminar foi concedida e em outubro de 2024 foi certificado o trânsito em julgado, reconhecendo o direito da Companhia ao crédito correspondente ao Funrural. Por este motivo, a Diretoria, por meio de seus assessores, iniciou o trabalho de levantamento e encontrou parte da documentação suporte necessária, correspondente ao pagamento realizado a partir de 2003, para que a partir disso possa fazer a quantificação do crédito e requerer a habilitação, por meio do Acordo de Associação com a SLC CO, a qual avalia se a documentação é hígida ou não para sustentação do crédito, uma vez entendem que o aproveitamento deverá ocorrer tão somente após obtenção de todos os documentos necessários a comprovação de seu direito.

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de março de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R$ 673.588, dividido em 96.226.962 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

18.2 Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração de 20 de setembro de 2022, foi aprovada a abertura do Programa de Recompra de Ações da Companhia, com o objetivo de atender as outorgas do Plano de Incentivo ao Alinhamento Estratégico de Longo Prazo da Companhia, conforme recepcionadas em

assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 21 de dezembro de 2021, podendo, ainda, serem mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, sem redução do capital social da Companhia, respeitado o disposto no § 1º do artigo 30 da Lei das S.A., e na Resolução CVM 77.

No exercício de 2022 foram adquiridas 182.921 ações por um preço médio de R$ 28,13, no montante de R$ 5.146, foram entregues 163.034 ações para o pagamento do plano de pagamento baseado em ações, no montante de R$ 4.583, restando o montante de R$ 563 referentes a 19.887 ações mantidas em tesouraria.

18.3 Reservas de lucros

A Companhia destina 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal, conforme previsto pela legislação societária. Adicionalmente, as reservas de lucros também estão compostas por lucros a destinar, que compreende o montante de lucros retidos e que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária.

Em cada exercício, uma parcela ou a totalidade do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, poderá ser destinada à reserva estatutária. Esta reserva, cujo limite é o valor do Capital Social, será constituída conforme proposta da administração submetida à Assembleia Geral. A reserva estatutária tem como finalidades a preservação da integridade do patrimônio social da Companhia e de suas controladas, a realização de futuras distribuições aos acionistas, a absorção de prejuízos e a incorporação ao capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição total dos lucro dos exercício de 2024, como dividendos, conforme proposta da administração.

18.4 Dividendos

No caso de distribuição de dividendos é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% para constituição da reserva legal, nos termos do artigo 202, da Lei no 6.404/76.

Caso, após as deduções previstas acima, ainda haja saldo, ele ficará à disposição da Assembleia para destinação (Nota 18.3).

Para o exercício de 2024, foram destinados o montante de R$ 1.741 de dividendos mínimos obrigatórios (R$ 8.363 em 2023), aprovado em AGO realizada em 24 de abril de 2025 com pagamento previsto para 29 de maio de 2025. Adicionalmente, a Administração obteve aprovação para a distribuição integral do resultado disponível, por meio do pagamento de R$ 5.224 a título de dividendos adicionais.

Em 31 de março de 2025, por ausência de atualização cadastral dos dados bancários de acionistas minoritários, ainda há o montante de R$ 38 disponível para pagamento referente a lucro de exercícios anteriores, classificado no passivo circulante.

18.5 Ajuste de avaliação patrimonial

(a) Transação de capital

Em 1º de agosto de 2021 foi efetivado o Acordo (Nota 1.3), o qual resultou em direitos e obrigações de reembolso para a Companhia, a receber e a pagar da SLC CO (controladora à época do Acordo). Nesse contexto, por referir-se à contribuição de ativos e passivos líquidos de acionistas ao patrimônio da Companhia, essa transação foi tratada como uma transação de capital com acionistas, considerando se tratar de operação realizada no contexto da reorganização societária conduzida pelos acionistas da SLC CO e da Companhia, na condição de controladores dessas empresas. O valor da transação foi de R$ 6.649.

(b) *Hedge accounting*

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas nas controladas, classificadas como *hedge accounting* (Nota 24.2), reconhecidos de forma reflexa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

18.6 Plano de pagamento baseado em ações

Em 23 de dezembro de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Ações Restritas da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Plano de ações restritas TSPA"), que estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de ações restritas de emissão da Companhia aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço elegíveis da Companhia, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas. Até a data de aprovação dessas informações contábeis intermediárias, não ocorreu a outorga para nenhum dos beneficiários.

O Plano de ações restritas TSPA prevê que o pagamento dos benefícios será realizado mediante a entrega de ações da Companhia ou pagamento do valor equivalente em dinheiro, a ser definido pelo Conselho de Administração, sendo limitada a diluição societária referencial máxima de até 5% do capital social da Companhia (considerando as ações ordinárias da Companhia na data de aprovação de cada plano). As metas de *performance* fixadas para o *vesting* do benefício serão definidas em cada outorga.

19 Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período (Nota 18.1).

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do resultado e a média ponderada do valor por ação utilizado para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Lucro líquido utilizado na apuração do resultado básico e diluído por ação	9.706	6.422
Quantidade de ações no período (milhares) - média ponderada do período	96.227	96.227
(-) Ações em tesouraria (lotes de mil)	(20)	(20)
Quantidade de ações no período (milhares) - média ponderada do períodopara o lucro diluído	96.207	96.207
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	**0,1009**	**0,0668**

20 Partes relacionadas

20.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui constituídos, como integrante da estrutura dos órgãos de Governança Corporativa, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutário, Comitê de Assuntos Jurídico, Comitê Estratégico Financeiro e Conselho Fiscal, além da Diretoria Executiva,

composta pela Diretora Presidente e de Relações com Investidores e uma Diretora Administrativo e Jurídico.

No período findo em 31 de março de 2025, a remuneração dos conselheiros e membros dos comitês foi de R$ 926 (R$ 847 em 2024), composta por remuneração básica de R$ 772 (R$ 706 em 2024) e encargos sociais de R$ 154 (R$ 141 em 2024) e a remuneração da diretoria foi de R$ 750 (R$ 640 em 2024), composta por remuneração básica no montante de R$ 684 (R$ 577 em 2024), e encargos sociais de R$ 66 (R$ 63 em 2024).

20.2 Partes relacionadas (Controladora)

A Companhia desempenha a função de tesouraria do Grupo na estruturação e contratação de instrumentos financeiros designados como operações de *hedge* (Nota 2.20 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024). De acordo com o contrato estabelecido entre as partes, os resultados dessas operações são apropriados individualmente, conforme a proporção da receita de arrendamento de cada controlada (Nota 24.2) para que seja atendido o seu objetivo de proteção da receita de arrendamento, designada em sacas de soja. Esses montantes constituem direitos ou obrigações da Companhia a serem posteriormente liquidados com suas controladas, nos termos pactuados entre as partes.

Em 31 de março de 2025, o saldo referente ao valor que a Companhia tem como resultado a pagar para suas controladas referente ao repasse das operações de *hedge*, tem a seguinte composição:

	Controladora
	31 de março de 2025
Fazenda São José S.A.	821
Fazenda Iporanga S.A.	535
Fazenda Boa Vista S.A.	52
	1.408
Circulante	1.261
Não circulante	147

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o resultado a receber de suas controladas referente ao repasse das operações de *hedge*, tem a seguinte composição:

	Controladora
	31 de dezembro de 2024
Fazenda São José S.A.	4.895
Fazenda Iporanga S.A.	3.189
Fazenda Boa Vista S.A.	310
	8.394

21 Receita líquida

A receita líquida compreende as receitas de contratos com clientes, no caso da operação de manejo florestal, e as receitas de arrendamento operacionais, referente ao arrendamento de propriedades agrícolas.

A composição da receita líquida no período é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Receita bruta de:				
Vendas de madeira		535		535
Arrendamento operacional	10	30	19.007	16.459
Resultado com operação de *hedge*			3.644	
	10	565	22.651	16.994
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas de madeira		(76)		(76)
Impostos sobre arrendamento	(1)	(3)	(687)	(598)
	(1)	(79)	(687)	(674)
Receita líquida	**9**	**486**	**21.964**	**16.320**

A receita líquida de venda tem a seguinte composição, por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Madeira		459		459
Arrendamento	9	27	21.964	15.861
Receita líquida de vendas	**9**	**486**	**21.964**	**16.320**

Os fluxos de caixa não descontados estimados para os arrendamentos operacionais contratados para os próximos cinco anos, e para o prazo remanescente do contrato, são como segue:

	Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024
2024		53.329
2025	56.700	71.373
2026	75.892	71.704
2027	76.252	72.064
2028	76.642	72.455
2029	77.067	72.879
2030 a 2046	1.395.161	1.325.496
	1.757.714	1.739.300

Os fluxos de caixa futuros estimados para as operações de arrendamento consideram o valor de mercado futuro da soja por ano safra 2024/2025 (última data disponível) e, a partir dessa data, mantém-se o valor de mercado utilizado para o último ano.

Para determinar a receita de arredamento para a safra 2024/2025, o Grupo já possui definido (fixado) 100% das sacas de soja, com preço médio bruto de R$ 107,93.

Conforme previsão contratual, a quantidade de sacas/ha base do cálculo do arrendamento deve ser revisada a cada três anos. Para a safra 2024/2025, reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de março de 2025, os contratantes ainda se encontram em negociação quanto ao novo montante de sacas, de forma que permanece o cálculo do arrendamento com base em 17 sacas/ha, conforme o último acordo contratual. O Grupo concluiu a referida renegociação com incremento de 3,5 sacas/ha (Nota 28)

22 Custos e despesas por natureza

Apresentamos a seguir, segregação por natureza, dos custos e das despesas apresentadas na demonstração do resultado de acordo com sua função:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Manutenções, reparos e serviços de terceiros	(2.404)	(2.774)	(2.684)	(2.979)
Remuneração dos administradores	(1.676)	(1.487)	(1.676)	(1.487)
Despesas com pessoal	(1.272)	(1.597)	(1.534)	(1.843)
Acordo de associação (Nota 1.2)	(762)	(280)	(762)	(280)
Depreciações e amortizações	(33)	(33)	(749)	(869)
Outras despesas operacionais	(296)	(290)	(437)	(359)
Imposto sobre a propriedade territorial rural			(402)	(373)
Provisão (reversão) por redução ao valor recuperável de recebíveis	(161)	6	(311)	(94)
Resultado na venda e baixas de ativos (i)	207		2.131	64
Reversões com contingências		3.543		3.543
Reversão de provisão dos créditos tributários ao valor recuperável		659		659
	(6.397)	**(2.253)**	**(6.424)**	**(4.018)**

(i) Os valores referem-se aos resultados com as vendas de ativos mencionadas na Nota 1.2.

Tais valores estão apresentados na demonstração do resultado do período nas seguintes rubricas:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Custo dos contratos com clientes			(1.118)	(1.207)
Despesas administrativas	(5.720)	(6.171)	(6.402)	(6.684)
Outras receitas (despesas), líquidas	(677)	3.918	1.096	3.873
	(6.397)	**(2.253)**	**(6.424)**	**(4.018)**

Os grupos de despesas acima incluem despesas e receitas que não estão relacionadas a gestão dos ativos principais do Grupo (terras) e de seus contratos de arrendamento de terras, nos montantes de R$ 253 (2024 – R$ 1.279), classificados como Despesas administrativas, representados por honorários advocatícios, e de R$ 1.096 (2024 – R$ 3.873), classificados como Outras receitas (despesas), líquidas, representadas pelas movimentações de ativos e passivos contingentes, provisões para contingências constituídas e revertidas, e pelas movimentações do Acordo de Associação (Nota 1.3).

23 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de março de 2024	31 de março de 2025	31 de março de 2024
Receitas financeiras				
Valor justo de títulos a receber	1.251	1.069	1.251	1.069
Ajuste a valor presente	152	82	260	82
Rendimentos de aplicações financeiras	74	51	193	63
Atualização monetária e juros ativos	265	1.744	328	1.721
	1.742	2.946	2.032	2.935
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.734)	(1.881)	(1.734)	(1.881)
Atualização monetária e juros passivos	(642)	(232)	(641)	(232)
Juros sobre adiantamentos de clientes			(1.653)	(1.594)
Outras despesas	(35)	(66)	(43)	(69)
	(2.411)	(2.179)	(4.071)	(3.776)
Variações cambiais e derivativos, líquidos				
Variações cambiais e derivativos, líquidas	(1.777)	(1.779)	(1.777)	(1.779)
	(1.777)	(1.779)	(1.777)	(1.779)
Resultado financeiro	**(2.446)**	**(1.012)**	**(3.816)**	**(2.620)**

24 Instrumentos financeiros

24.1 Categoria instrumentos financeiros

A Companhia e o Grupo classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados valor justo por meio de outros resultados abrangentes e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

As atividades do Grupo o expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, como riscos de mercado que inclui o preço das *commodities*, câmbio, liquidez e de crédito. Sendo que tais riscos são mitigados pela diretoria, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos.

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e pelo Grupo e suas classificações estão demonstrados abaixo:

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado	
	Classificação	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	31	4.903	5.238	8.832
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	18	177	42.181	24.420
Títulos a receber	Valor justo por meio do resultado	42.102	39.323	47.891	44.942
Títulos a receber	Custo amortizado	4.113	5.822	4.113	5.822
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado		864		864
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA	147	6	147	6
Partes relacionadas	Valor justo por meio do resultado		2.133		
Partes relacionadas	Valor justo por meio do ORA		6.261		
Depósitos judiciais	Custo amortizado	3	3	3	3
		46.414	**59.492**	**99.573**	**84.889**
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	102.807	99.296	102.807	99.296
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	1.141	4.869	1.141	4.869
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do ORA		7.902		7.902
Passivos relacionados a contratos com clientes	Valor justo por meio do resultado			79.862	79.134
Partes relacionadas	Valor justo por meio do resultado	1.305		1.305	
Partes relacionadas	Valor justo por meio do ORA	103		103	
Títulos a pagar	Custo amortizado	2.675	2.304	2.705	2.324
Dividendos a pagar	Custo amortizado	1.779	1.779	1.779	1.779
		109.810	**116.150**	**189.702**	**195.304**

Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a:

Caixa e equivalentes - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das informações contábeis intermediárias.

Contas a receber de clientes - Decorrem diretamente das operações do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas.

Títulos a receber – Corresponde substancialmente a saldos decorrentes do Acordo.

Instrumentos financeiros derivativos – Operações com NDFs para proteção de suas receitas vinculadas à moeda estrangeira e exposição ao CBOT.

Partes relacionadas – Saldos a receber pelo repasse de operações de *hedge* contratadas pela Companhia por conta e ordem de suas controladas.

Depósitos judiciais - Trata-se de depósitos judiciais, para os quais não há provisão para contingências.

Empréstimos e financiamentos - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais.

Dividendos a pagar - Refere-se dividendos mínimos obrigatórios.

Títulos a pagar – Decorrem de substancialmente de honorários advocatícios e saldo decorrentes do Acordo.

Passivos decorrentes a contratos com clientes – Substancialmente refere-se ao adiantamento recebido da SLC CO pelo arrendamento das propriedades para investimento da Companhia (Nota 1).

Os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, outros ativos, contas a pagar aos fornecedores, títulos a pagar, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber e títulos a receber, se aproximam de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo e fluxo de caixa.

24.2 Instrumentos Financeiros - Contrato de *Hedge* (Financeiro)

Em 31 de março de 2025, o Grupo mantém posições em aberto em derivativos, nas modalidades de NDF (*Non-Deliverable Forward*) (em 31 de dezembro de 2024, também possui NDF *Commodities*). Para as NDF *Commodities*, no período findo em 31 de março de 2025 as operações encontram-se integralmente liquidadas. No âmbito dessas operações, o Grupo assegurou a fixação do preço futuro do Dólar Americano (USD) 100% da safra 24/25 e aproximadamente 19% da safra 25/26, bem como do preço futuro da soja negociada na CBOT. Essas operações de hedge visam mitigar a exposição, as oscilações cambiais e de preços de *commodities*, proporcionando maior previsibilidade e proteção financeira para o Grupo frente à volatilidade dos mercados internacionais. Essas operações são contratadas pela Companhia, de forma centralizada, com a transferência imediata dos riscos e benefícios desses contratos para as suas controladas e, dessa forma, não produzem efeitos diretos nos resultados da Companhia, mas sim no resultado de suas controladas (Nota 20.2).

As informações referentes aos saldos de instrumentos financeiros derivativos não liquidados em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir e evidenciam as exposições da Companhia em cada período, considerando as condições de mercado vigentes nas respectivas datas:

			Consolidado	
			31 de março de 2025	
	Notional	Vencimento	Ativo	Passivo
NDFs de USD	4.396 USD	30/04/2025		1.141
NDFs de USD	3.000 USD	30/04/2026	147	
			147	**1.141**

			Consolidado	
			31 de dezembro de 2024	
	Notional	Vencimento	Ativo	Passivo
NDFs de Commodities	8 BSH	30/04/2025	6	
NDFs de USD	17.585 USD	30/04/2025	864	12.771
			870	**12.771**

Na Companhia, o valor líquido dessas operações a pagar ou a receber é repassado para as controladas na proporção da receita de arrendamento em sacas de soja (Nota 20.2).

A tabela a seguir apresenta o reconhecimento no resultado da Companhia:

	Consolidado
	31 de março de 2025
Receita de arrentamento	**Ganhos**
NDFs de *Commodities*	790
NDFs de USD	2.854
	3.644
Receita de arrendamento	**3.644**

A tabela a seguir demonstra a posição no patrimônio líquido, registrado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial – *hedge accounting*":

	Consolidado	
	31 de março de 2025	
	Receitas	**Despesas**
Ganhos com MTM Futuros - *Commotidy*	864	
Perdas com MTM Futuros - USD	118	(1.086)
	982	**(1.086)**

25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa

a) Reconciliação da dívida líquida

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	102.807	99.296	102.807	99.296
Partes relacionadas (Nota 20.2)	1.408	(8.394)		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(31)	(4.903)	(5.238)	(8.832)
Dívida líquida	**104.184**	**85.999**	**97.569**	**90.464**

b) Movimentação da dívida líquida

Na controladora, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

Notas explicativas da diretoria às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas	Total dívida	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2024	110.435		110.435	(1.830)	108.605
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**7.500**		**3.337**	**1.814**	**5.151**
Captações de empréstimos	7.500		7.500		7.500
Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		(4.163)	(4.163)		(4.163)
Caixa e equivalentes de caixa aplicado				1.814	1.814
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.660**		**7.823**		**7.823**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.881		1.881		1.881
Dividendos a ser aprovados em AGO		(21)	(21)		(21)
Variação cambial	842		842		842
Instrumentos derivativos	937		937		937
Operações de mútuo		4.184	4.184		4.184
Saldos em 31 de março de 2024	**121.595**		**121.595**	**(16)**	**121.579**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	99.296	(8.394)	90.902	(4.903)	85.999
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		**265**	**265**	**4.872**	**5.137**
Recursos recebidos de partes relacionadas, líquidos		265	265		265
Caixa e equivalentes de caixa gerado				4.872	4.872
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.511**	**9.537**	**13.048**		**13.048**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.734		1.734		1.734
Dividendos a ser aprovados em AGO		(265)	(265)		(265)
Variação cambial	(4.014)		(4.014)		(4.014)
Instrumentos derivativos	5.791		5.791		5.791
Tesouraria de derivativos		9.802	9.802		9.802
Saldos em 31 de março de 2025	**102.807**	**1.408**	**104.215**	**(31)**	**104.184**

No consolidado, a conciliação da movimentação patrimonial, é como segue:

	Empréstimos e financiamentos	Caixa e equivalentes	Total da dívida líquida
Saldos em 1º de janeiro de 2024	110.435	(2.084)	108.351
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	**7.500**	**(2.106)**	**5.394**
Captações de empréstimos	7.500		7.500
Caixa e equivalentes de caixa aplicado		(2.106)	(2.106)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.660**		**3.660**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.881		1.881
Variação cambial	842		842
Instrumentos derivativos	937		937
Saldos em 31 de março de 2024	**121.595**	**(4.190)**	**117.405**
Saldos em 1º de janeiro de 2025	99.296	(8.832)	90.464
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		**3.594**	**3.594**
Caixa e equivalentes de caixa gerado		3.594	3.594
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	**3.511**		**3.511**
Juros sobre empréstimos provisionados	1.734		1.734
Variação cambial	(4.014)		(4.014)
Instrumentos derivativos	5.791		5.791
Saldos em 31 de março de 2025	**102.807**	**(5.238)**	**97.569**

c) Transações que não afetaram o caixa

A seguir relacionamos as transações no período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024
Compensação de tributos a recolher com saldos a recuperar	589	3.489	589	3.526
Compensação de titulos a receber com titulos a pagar do acordo	8.041	6.213	8.041	62.133
Compensação de adiantamento de clientes			925	26.122
Compensação de depósitos judiciais	88	88	88	88

26 Compromissos

26.1 Contrato de arrendamento de terras

Conforme divulgado na Nota 16 o Grupo mantém contratos de arrendamento de suas propriedades agrícolas com a SLC CO, vigentes a partir de 1º de setembro de 2021 até a safra de 2046. O fluxo estimado de receita desses contratos de arrendamento operacional está divulgado na Nota 21.

27 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o reporte periódico estruturado pela Diretoria e apresentado ao Conselho de Administração, sendo este o órgão responsável pela tomada de decisões estratégicas quanto à operação, sobretudo quanto à alocação de recursos e desempenho operacional. O Conselho de Administração, enquanto responsável pelas definições estratégicas do Grupo, considera o negócio sob a perspectiva de segmento, materializado através de reportes e relatórios fornecidos pela Diretoria.

A Companhia implementou, durante o exercício de 2023, a racionalização e otimização dos seus ativos, propriedades e operações, através da uma gestão segregada das suas principais atividades, destacando-se a gestão e exploração de propriedades rurais mediante arrendamento, execução e aperfeiçoamento do manejo florestal sustentável através de suas subsidiarias. Além do foco contínuo na valorização de seus ativos, realizando a alocação dos ativos operacionais, observando a melhor racionalização de uso e sinergia entre as atividades, foi implementado o sistema de rateio de despesas de colaboradores.

No entendimento da Administração, a implementação otimizada de outras formas de exploração de seus ativos e operações não impacta na análise de segmentos operacionais, uma vez que foi mantida a unicidade negocial durante todo o período, refletindo a forma pela qual é controlada, gerenciada e monitorada pela Diretoria.

28 Eventos subsequentes

a) Recebimento de contrato de arrendamento

Em abril de 2025, a Companhia recebeu o montante de R$ 71.739 referente a receita de arrendamento de suas propriedades agrícolas (Nota 11) para a safra 2024/2025 a ser encerrada em 31 de agosto de 2025, dos quais o montante de R$ 41.849 estava registrado como contas a receber de clientes de 31 de março de 2025.

b) Pagamento de empréstimo

Em 05 de maio de 2025 a companhia efetuou pagamentos substanciais relacionados às suas obrigações financeiras totalizando R$ 30.240. Estes pagamentos incluíram tanto o principal quanto os juros de empréstimos anteriormente contraídos, refletindo os acordos estabelecidos com as instituições financeiras credoras.

c) Recebimento Acordo de Associação

Em 08 de maio de 2025, a Companhia recebeu o montante de R$ 8.041 referente ao Acordo de Associação conforme Nota 1.3 (c).

d) Ajuste sacas de soja Arrendamento

Após o encerramento do trimestre, a Companhia firmou renegociação por meio de aditivos aos contratos de arrendamento de terras, com incremento de 3,5 sacas por hectare. A formalização contratual ocorreu em 08 de maio de 2025, não configurando, portanto, condição existente na data-base de 31 de março de 2025. Os efeitos econômicos serão reconhecidos a partir da vigência prevista nos aditivos.

* * *

Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de Relação com Investidores

Leila Rodrigues de Oliveira Barbosa
Diretora Jurídica e Administrativa

Jose Lucas da Cruz Garcia
Corporate Controller
CRC SP 1SP329704/O-8

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Terra Santa Propriedades Agrícolas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 12 de maio de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027654/F-4

Luis Fernando de Souza Maranha
Contador CRC 1SP201527/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 27 DA RESOLUÇÃO CVM. N. 80/22.

Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – TR de 31 de março de 2025, em cumprimento ao art. 27, incisos V e VI da Resolução CVM n. 80/22.

São Paulo, 12 de maio de 2025.

_____
Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de RI

_____
Leila Rodrigues de Oliveira Barbosa
Diretora Administrativo e Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

DECLARAÇÃO EM CUMPRIMENTO AOS INCISOS V e VI do ART. 27 DA RESOLUÇÃO CVM. N. 80/22.

Os Diretores da Terra Santa Propriedades Agrícolas., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, 108, cj 81, sala 4 – Cidade Monções, CEP. 04571-150 e inscrita no CNPJ/MF sob o n. 40.337.136/0001-06, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório emitido pela PwC Auditores Independentes e (ii) reviram, discutiram e concordam com o formulário de informações trimestrais – TR de 31 de março de 2025, em cumprimento ao art. 27, incisos V e VI da Resolução CVM n. 80/22.

São Paulo, 12 de maio de 2025.

_____
Mariana Dantas Mesquita
Diretora Presidente e de RI

_____
Leila Rodrigues de Oliveira Barbosa
Diretora Administrativo e Jurídico